



**Universidade Federal do Sul da Bahia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais**

Edson Pesca de Jesus

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NAS ESCOLAS DO CAMPO DA COMUNIDADE DE VERA CRUZ
EM PORTO SEGURO/BA**

Orientador: Prof. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

PORTO SEGURO - BA
2023

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

J58d Jesus, Edson Pesca de, 1978 -
Desafios e perspectivas da educação ambiental nas escolas do campo da comunidade de Vera Cruz, Porto Seguro, BA. / Edson Pesca de Jesus. – Porto Seguro, 2023.
108 f.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de Formação em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais. Campus Sosígenes Costa.

1. Educação Ambiental. 2. Escola do Campo. 3. Projeto Político Pedagógico. 4. Agroecologia. I. Costa-Pinto, Alessandra Buonavoglia. II. Título.

CDD – 372.357

Edson Pesca de de Jesus

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NAS ESCOLAS DO CAMPO DA COMUNIDADE DE VERA CRUZ
EM PORTO SEGURO/BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais para obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientação: Prof. Dra. Alessandra B. Costa-Pinto

PORTO SEGURO-BA
2023

EDSON PESCA DE JESUS

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS
ESCOLAS DO CAMPO DA COMUNIDADE DE VERA CRUZ, PORTO
SEGURO/BA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais da Universidade Federal do Sul da Bahia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, com vistas à obtenção do título de mestra em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.

Este trabalho foi submetido à avaliação e julgado aprovado em: 31/08/2023.

BANCA EXAMINADORA



Dr. Neilton Castro da Cruz
Universidade Estadual da Bahia

Documento assinado digitalmente
gov.br JAILSON SANTOS DE NOVAIS
Data: 31/08/2023 17:52:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Jailson Santos de Novais
Universidade Federal do Sul da Bahia

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO THOMPSON DA SILVA
Data: 31/08/2023 17:47:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Leonardo Thompson da Silva
Instituto Federal de Educação da Bahia

ORIENTADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br ALESSANDRA BUONAVOGLIA COSTA PINTO
Data: 15/09/2023 12:14:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.
Universidade Federal do Sul da Bahia

PORTO SEGURO
2023

Ao meu pai, Durval Barbosa de Jesus, por ter me incentivado até o último suspiro de sua vida...

AGRADECIMENTOS

Diante de tantos desafios superados na caminhada e pelas pessoas que fizeram parte desta formação, agradeço...

A Deus, força motriz de minha vida, que permitiu fé, saúde e inspiração. Que escolheu pessoas específicas para estarem ao meu lado partilhando saberes e me conduzindo durante esta caminhada tão importante.

À minha mãe (dona Bel), pelas orações e amor em forma de motivação. Em meio às preocupações cotidianas, sempre dispensando atenção e cuidado.

Aos meus pequenos Alexandro, Saulo e Pérola, razões pelas quais procuro melhorar a cada dia enquanto ser humano. Muito obrigado pelo seu amor, filhos!

Aos meus nem tão pequenos assim: Angelo, Gustavo, Kamilly, Théo e Fernando pelo apoio.

À minha esposa Cácia, uma grande incentivadora, pela cumplicidade, pela fé motivadora, e por sempre acreditar em meus sonhos.

Aos meus irmãos, Anderson, Edna e Adriana, pela torcida e apoio no decorrer desta formação.

Ao Professor Sebastião Cerqueira Neto, por ter iniciado, na condição de orientador, esse percurso no PPGCTA.

A minha orientadora, Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto, por ter aceito o desafio de me orientar na condição em que me encontrava. Obrigado pelo respeito, positividade e dedicação.

À comunidade Vera Cruz, pela acolhida e pela vivência repleta de oportunidades.

Às escolas Alcides Faustino, Chico Lage e Tiradentes, pelo acolhimento e pela maneira humanística em que abraçaram essa pesquisa.

À UFSB e ao IFBA, por conduzirem tão brilhantemente esse curso frente ao desafio de uma pandemia tão aterrorizante.

Ao PAEP/CAPES por subsidiar uma etapa importante deste curso.

Aos Professores, às companheiras e aos companheiros de curso e aos colaboradores do PPGCTA.

Imensa Gratidão!

**“Não há saber mais ou saber menos: há
saberes diferentes”.**

Paulo Freire

RESUMO

A Educação Ambiental, no âmbito das Escolas do Campo, enfrenta atualmente muitos desafios a serem investigados. Principalmente, em escolas situadas em comunidades essencialmente agrícolas, onde o predomínio da monocultura impacta o meio socioambiental. Todavia, nos últimos anos, surgem boas perspectivas à Educação Ambiental nas escolas do campo, que pressupõem um ensino crítico voltado para a formação social e política dos sujeitos do campo. Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou conhecer os desafios e perspectivas do ensino de Educação Ambiental nas escolas do campo da comunidade de Vera Cruz, a partir da análise do plano escolar ou Projeto Político Pedagógico (PPP). Para tanto, sua perspectiva metodológica está ancorada na pesquisa qualitativa, sobretudo a partir das postulações da Pesquisa Bibliográfica e da Análise Documental. O trabalho em destaque está organizado no formato Multipaper, composto por dois artigos. Os dados foram coletados em três escolas do campo da comunidade de Vera Cruz no município de Porto Seguro/Ba, as escolas Alcides Faustino Santos, Chico Lage e Tiradentes. A revisão de literatura teve por base os campos da Educação Ambiental, Educação do Campo, Projeto Político Pedagógico e da Agroecologia. Os resultados revelaram a baixa adequação do PPP em relação às diretrizes da Educação do Campo e a pouca eficiência na formação docente voltada para a Educação Ambiental, identificando esses como desafios para o ensino de Educação Ambiental nas escolas do campo da comunidade pesquisada. Por outro lado, o estudo também apontou o ensino de Agroecologia como uma perspectiva bem-sucedida para a Educação Ambiental nessas escolas. Espera-se que as reflexões e os resultados obtidos possam contribuir para a adequação dos PPP das escolas pesquisadas, bem como estimular discussões sobre a temática abordada. A pesquisa ressalta a importância de uma abordagem integrada, que promova a formação social e política dos sujeitos do campo, a fim de superar os desafios e avançar nas práticas de Educação Ambiental nas escolas do campo da comunidade de Vera Cruz.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Escola do Campo. Projeto Político Pedagógico. Agroecologia.

Challenges and perspectives of Environmental Education in rural schools in the community of Vera Cruz in Porto Seguro/BA

ABSTRACT

Environmental Education in the context of Rural Schools currently faces many challenges to be investigated. Particularly in schools located in predominantly agricultural communities, where monoculture predominates, impacting the socio-environmental surroundings. However, in recent years, there have been positive prospects for Environmental Education in rural schools, which presuppose a critical education focused on the social and political development of rural individuals. In this context, the present research aimed to understand the challenges and prospects of Environmental Education in rural schools in the Vera Cruz community, through the analysis of the school plan or Pedagogical Political Project (PPP). To do so, its methodological perspective is anchored in qualitative research, especially based on the postulations of Bibliographic Research and Document Analysis. The featured work is organized in a Multipaper format, composed of two articles. Data were collected in three rural schools in the Vera Cruz community in the municipality of Porto Seguro, Bahia: Alcides Faustino Santos School, Chico Lage School, and Tiradentes School. The literature review was based on the fields of Environmental Education, Rural Education, Pedagogical Political Project, and Agroecology. The results revealed the low alignment of the PPP with the guidelines of Rural Education and the limited efficiency in teacher training focused on Environmental Education, identifying these as challenges for Environmental Education in the rural schools of the researched community. On the other hand, the study also highlighted Agroecology education as a successful perspective for Environmental Education in these schools. It is hoped that the reflections and results obtained can contribute to the alignment of the PPPs of the researched schools and stimulate discussions on the topic. The research emphasizes the importance of an integrated approach that promotes the social and political development of rural individuals to overcome challenges and advance Environmental Education practices in the rural schools of the Vera Cruz community.

Keywords: Environmental Education. Rural School. Political Pedagogical Project .Agroecology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revisão de literatura em Educação Ambiental	40
Quadro 2 - Revisão de literatura em Educação do Campo	45
Quadro 3 - Revisão de literatura em E. Ambiental & Educação do Campo	50
Quadro 4 - Quantitativo de alunas(os) por anos/séries no ano de 2020	80
Quadro 5 - Princípios da Escola Municipal Alcides Faustino Santos	91
Quadro 6 - Princípios da Escola Municipal Tiradentes	94
Quadro 7 - Princípios da Escola Municipal Chico Lage	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem Esquemática da comunidade de Vera Cruz/P.Seguro/BA	70
Figura 2 - Imagem via satélite da comunidade de Vera Cruz	70
Figura 3 - Praça matriz de Vera Cruz.....	72
Figura 4 - Fotografia de área comunitária de Vera Cruz.....	73
Figura 5 - Fotografia da Escola Alcides Faustino Santos.....	74
Figura 6 - Orannograma da estrutura administrativa da escola EAFS.....	75
Figura 5 - Imagem aérea da Escola Tiradentes.....	78
Figura 6 - Vista frontal da Escola Municipal Tiradentes.....	79
Figura 7 - Fotografia da Escola Municipal Chico Lage	85
Figura 8 - Vista aérea da escola Chico Lage (prédio em fase de conclusão)	85

LISTA DE SIGLAS

ADAB	Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BB	Banco do Brasil
BPC	Benefício de prestação continuada
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID-19	Coronavírus Disease (doença do Coronavírus). “19” se refere a 2019
CRAEAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
EA	Educação Ambiental
EAFS	Escola Alcides Faustino Santos
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
EMCL	Escola Municipal Chico Lage
EMT	Escola Municipal Tiradentes
FUNDEB	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Brasileira.
FUNDEF	Fundo Nacional do Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PETI	Programa da Erradicação do Trabalho Infantil
PIEA	Programa Integrado de Educação Ambiental
PNEA	Plítica Nacional de Educação Ambiental
PPP	Projeto Político Pedagógico
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL.....	12
REFERÊNCIAS	21
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS PERSPECTIVAS.....	27
1 INTRODUÇÃO.....	29
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR	30
3 EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO.....	31
4 A AGROECOLOGIA NA ESCOLA DO CAMPO	33
5 BREVE PERCURSO METODOLÓGICO.....	33
6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	36
6.1 Desafios.....	36
6.2 Perspectivas.....	39
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
CAPÍTULO II - O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO NA COMUNIDADE DE VERA CRUZ, PORTO SEGURO, BAHIA	60
1 INTRODUÇÃO.....	62
2 UM POUCO MAIS SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO	63
3 A IMPORTÂNCIA DO PPP NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO	66
4 ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO DE VERA CRUZ, PORTO SEGURO, BAHIA	69
4.1 A Comunidade de Vera Cruz	69
4.2 Escola Municipal Alcides Faustino Santos	72
4.2.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Alcides Faustino Santos.....	75
4.3 Escola Municipal Tiradentes	76

4.3.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Tiradentes	80
4.4 Escola Municipal Chico Lage.....	82
4.4.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Chico Lage	86
5 RESULTADOS	91
5.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alcides Faustino Santos.....	88
5.2 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Tiradentes.....	95
5.3 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Chico Lage	98
6 REFLEXÃO SOBRE OS ACHADOS DA PESQUISA	100
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO GERAL

Os problemas ambientais têm se intensificado globalmente, gerando preocupação em diversas sociedades ao redor do mundo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tem reconhecido a magnitude das mudanças ambientais ocorridas nos últimos anos. No contexto nacional, o Brasil também enfrenta uma série de desafios ambientais que demandam atenção e ação imediata como o desmatamento, a degradação dos recursos hídricos, a gestão inadequada de resíduos sólidos e a perda de biodiversidade.

No cenário nacional, destacam-se graves retrocessos institucionais, falta de prioridade política e escassez de iniciativas voltadas para um projeto democrático de sustentabilidade. (Bartholo; Bursztyn, 2012).

Apesar dos esforços significativos que o Brasil tem empreendido para promover diálogos e acordos políticos visando a mitigação dos danos ambientais e a transição para uma sociedade sustentável, é inegável que, ainda assim, os problemas ambientais se agravam no território brasileiro a cada ano.

Consciente dos desafios que enfrenta, o país busca incansavelmente soluções para esta crescente crise ambiental.

É importante frisar que durante o período compreendido entre 2019 e 2022, o Brasil experimentou um retrocesso devido à ascensão de um governo caracterizado por inclinações de extrema direita. Esse contexto negligenciou a significância das iniciativas destinadas à preservação do patrimônio socioambiental. Contudo, é válido destacar que o Brasil procedeu à ratificação de diversas convenções de relevo concernentes à educação ambiental.

Um desses documentos de grande relevância é a Declaração de Tbilisi, aprovada em 1977, durante a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Essa declaração define a educação ambiental como "um processo de aprendizagem que busca despertar a consciência ambiental das pessoas, para que elas possam tomar decisões informadas sobre seu estilo de vida e adotar medidas para proteger o meio ambiente"(Declaração, De Tbilisi, 1997). Além disso, a Declaração de Tbilisi estabelece objetivos, princípios e estratégias para a promoção da educação ambiental.

Outros documentos internacionais de destaque no âmbito da educação ambiental são o Manifesto pela Vida e a Carta da Terra. O Manifesto pela Vida foi aprovado em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Já a Carta da Terra foi adotada em 2000 por representantes de mais de 100 países. Ambos os documentos

estão fundamentados nos princípios do desenvolvimento sustentável e defendem a relevância da educação ambiental para a construção de um mundo mais sustentável.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global é um documento mais recente, aprovado em 1992 pela sociedade civil global. Esse tratado enfatiza o caráter crítico, político e emancipatório da educação ambiental, além de ressaltar a importância dela para a construção de sociedades sustentáveis

Além disso, as Nações Unidas e a UNESCO inauguraram a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Esse período foi um marco significativo para a educação ambiental, pois reconheceu seu papel essencial na abordagem das questões socioambientais e no reforço da sustentabilidade global por meio da Educação.

No Brasil, a educação ambiental possui uma sólida base legal. O Decreto nº 73.030, de 1973, estabeleceu a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente e já destacava a importância da promoção da conscientização e da educação sobre os recursos naturais. A Lei nº 6.938, de 1981, determinou a necessidade de fomentar a educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a comunidade.

A Constituição Federal de 1988 reforçou a importância da educação ambiental como componente essencial para a qualidade de vida, e a Lei nº 9.795, de 1999, definiu a educação ambiental como um processo de formação de valores, atitudes e habilidades para a melhoria do ambiente e do bem-estar social. A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela mesma lei, se apresenta como um instrumento importante para promover a educação ambiental em todos os setores da sociedade no Brasil.

A Lei nº 9.795/99 define a educação ambiental como o processo pelo qual indivíduos e comunidades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Essa definição enfatiza a responsabilidade tanto individual quanto coletiva na promoção da sustentabilidade, abrangendo ações no âmbito privado e público. Os princípios presentes no artigo 4º da lei destacam a importância de abordar o tema ambiental de forma integrada, processual e sistêmica, considerando suas múltiplas e complexas relações. Além disso, ressaltam a necessidade de adotar abordagens humanistas, históricas, críticas, políticas, democráticas, participativas, dialógicas e cooperativas, respeitando a diversidade de ideias e concepções pedagógicas (Brasil, 2007).

O artigo 5º da lei delinea os propósitos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), enfatizando a relevância da visão abrangente do meio ambiente, a promoção do acesso democrático à informação ambiental e o estímulo à cidadania, incentivando a participação ativa

e responsável, tanto em nível individual quanto coletivo. Sorrentino et al. (2005, p.1) argumentam que a educação ambiental deve estar voltada para o fomento de uma cidadania ativa, levando em consideração o conceito de pertencimento e a corresponsabilidade dos indivíduos e das comunidades.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, intitulada Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, foi uma grande conquista política e essa não se deu sem sacrifícios de vários ambientalistas. No entanto, é fundamental destacar que a legislação, por si só, não constitui um meio abrangente para assegurar a eficácia da educação ambiental. É imperativo que os indivíduos internalizem a relevância da educação ambiental e assumam o compromisso de aplicar os seus princípios na prática.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) também estabelece os objetivos da educação ambiental, que são:

- Conscientizar as pessoas sobre a importância do meio ambiente;
- Promover a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente;
- Desenvolver habilidades para a preservação do meio ambiente;
- Incentivar a participação cidadã nas questões ambientais;
- Construir uma sociedade mais sustentável.

Por essa razão, é essencial encontrar um espaço adequado para a educação ambiental dentro do projeto educacional das escolas, ao mesmo tempo em que estabelecemos conexões sólidas com outros aspectos da educação no contexto rural (Molina, 2004). “Devemos ter plena consciência do papel político desempenhado pela educação ambiental, reconhecendo que ela vai além de ser apenas um complemento à educação tradicional” (Layrargues, 2002, p.105).

De acordo por Layrargues, (2002, p. 105) para enfrentar os conflitos ambientais, busca-se uma estratégia pedagógica baseada em ações coletivas de exercício da cidadania, que se fundamentem na criação de demandas por políticas públicas participativas, alinhadas com a necessidade de gestão ambiental democrática.

Neste contexto, a educação ambiental nas escolas é instada a adotar novas abordagens metodológicas que levem em consideração as evoluções da sociedade em todas as suas facetas, visando a promover a formação completa do indivíduo (Dantas; Soares; Dos Santos, 2020).

Essa premissa é notória ao se pensar no entrelaçamento das ideias em que se fundamentam a educação ambiental e a educação do campo como sendo um caminho importante para compreensão das dimensões que envolvem o ensino de educação ambiental (Buczenko, 2019).

Este cenário, pressupõe que educação ambiental nas escolas do campo enfrenta alguns desafios específicos que podem dificultar a implementação de ações voltadas para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável nessas áreas.

Dentre esses, podemos destacar a carência no PPP das escolas de ações pedagógicas no âmbito da Educação Ambiental voltadas para um ensino crítico e transformador que possibilite a formação sócio-ambiental integral dos sujeitos do campo (Torres, 2012).

Considerando esse contexto, esta pesquisa propôs investigar os principais desafios e perspectivas para o Ensino de Educação Ambiental nas Escolas do Campo, com enfoque na realidade de uma comunidade rural no município de Porto Seguro, Bahia. Buscando-se responder as seguintes perguntas-problema: Quais são os desafios e perspectivas da educação ambiental nas escolas públicas do campo da comunidade de Vera Cruz? De que maneira o ensino de Educação Ambiental é contemplado nos PPP destas escolas?

O estudo contempla a educação ambiental escolar e foi desenvolvido nos moldes da pesquisa qualitativa, considerando a pesquisa bibliográfica sobre a temática da educação ambiental e da educação do campo e dos escritos que atravessam esses dois temas, além disso, emprega a investigação documental desenvolvida a partir da observação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de três escolas do campo de diferentes níveis de ensino localizadas em Vera Cruz, comunidade rural do município de Porto Seguro/BA.

Nesta comunidade, existem 5 escolas classificadas como escolas rurais. No entanto, devido a critérios de seleção para a pesquisa, é importante ressaltar que o estudo não abrange as instituições Creche Cruz de Malta (que oferece educação maternal) e o Colégio Eraldo Tinoco (voltado para o ensino médio).

A educação nessas áreas enfrenta desafios em relação ao reconhecimento dos sujeitos do campo como detentores de identidades culturais próprias, que devem ser consideradas na formulação de políticas educacionais e na prática pedagógica, como sugere Molina (2004, p.27).

Nessa conjuntura, o ensino de agroecologia desempenha um papel fundamental como instrumento de transformação social no contexto da educação ambiental. Como salienta Silva (2018, p. 1-10), "proporcionar aos estudantes do campo o acesso a conhecimentos e práticas relacionadas à agroecologia é uma forma eficaz de romper com estereótipos e representações simplistas que historicamente marginalizaram e desvalorizaram o sujeito camponês". Através do ensino da agroecologia, os estudantes são capacitados a valorizar sua identidade cultural, reconhecer a importância da preservação ambiental e desenvolver práticas agrícolas sustentáveis que promovam a justiça social e a autonomia dos sujeitos do campo (Claro, 2016).

Para a pesquisadora Karina Ambrósio Claro (2016, p.1-10), através da abordagem da agroecologia como perspectiva de formulação de uma educação ambiental crítica e transformadora, é possível empoderar os sujeitos do campo, reconhecendo suas identidades culturais e promovendo a valorização de suas formas de vida e saberes tradicionais. Ao adotar uma visão holística e integrada do ambiente rural, a agroecologia estabelece uma conexão entre a produção sustentável de alimentos, a preservação dos recursos naturais e a justiça social.

O ensino da Agroecologia desempenha um papel fundamental no fortalecimento das iniciativas voltadas para o reconhecimento do sujeito camponês como uma entidade diversificada e coletiva. Ao promover uma educação que valoriza tanto a diversidade cultural quanto as práticas sustentáveis no meio rural, estamos efetivamente contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e consciente em relação ao meio ambiente. Portanto, investir no ensino da Agroecologia como parte integrante de uma educação ambiental crítica e transformadora é essencial para promover a inclusão, valorizar as identidades e fortalecer a sustentabilidade nas comunidades rurais.

Os estudos da Educação Ambiental e da Educação do campo no Brasil deixariam em evidência diálogos e convergências entre essas duas áreas (Guimarães, 1995). Ambas têm a sua gênese nos movimentos sociais em contestação ao modelo de desenvolvimento vigente, que alargam as injustiças e legitimam a desigualdade de direito entre povos (De Oliveira Bringel, 2012). Para avançarmos nessa temática, é fundamental aprofundar as relações entre a escola e a universidade, como destaca Molina (2004, p.193), "a interação e a colaboração entre essas instituições podem fortalecer as práticas educativas no campo, promovendo uma formação mais contextualizada e voltada para as necessidades e realidades das comunidades rurais" (Molina, 2004). O aprofundamento dessas relações contribui para a construção de um diálogo mais rico e significativo, capaz de impulsionar práticas educativas transformadoras e emancipatórias no contexto da Educação Ambiental e da Educação do Campo.

Perceber o campo em uma linha oposta à cidade é situá-lo em um lugar em que não há avanço, não há progresso e, por conseguinte, deve ocupar o seu lugar de não civilizado, de atrasado, de uma cultura inferior. Os sujeitos que estão inseridos no contexto do campo, passam a ocupar, nessa leitura, a partir da ótica do sujeito universal, conforme afirma Gonçalves (2020, p. 11), os mesmos lugares dos povos subalternizados, pois se tornam sujeitos silenciados pelos mesmos mecanismos que historicamente produziram narrativas que negam a história dos demais grupos sociais, suas culturas, seus saberes, suas formas de organização (Reis, 2020).

Essa visão que historicamente colocou o campo em uma posição marginalizada e insalubre, sustentada por representações estereotipadas, acaba conferindo à educação um

caráter salvacionista (Toledo, 2016). No entanto, é fundamental reconhecer que a educação no campo deve ser entendida como o acesso a um direito constitucional, que tem o potencial de fortalecer as propostas de reconhecimento do sujeito campesino como um sujeito diverso e portador de culturas autorrepresentativas de suas identidades individuais e coletivas.

Como afirma Carvalho (2015, p.84), "a educação no campo deve ir além da mera transmissão de conhecimentos e se voltar para a valorização das múltiplas formas de ser e estar no campo, respeitando e promovendo as identidades e saberes próprios das comunidades rurais" (Carvalho, 2015). Dessa forma, é preciso romper com a visão estigmatizante do campo e proporcionar uma educação que empodere os sujeitos do campo, reconhecendo sua diversidade cultural e promovendo a construção de identidades fortalecidas e coletivas..

A ideia de um conhecimento científico que reforça a existência de um sujeito universal, retira do sujeito campesino as possibilidades de transitarem por identidades múltiplas (Santos, 2015). Compreender quem são esses sujeitos e como a educação está relacionada aos seus modos de vida, os redimensionam a espaços outros, numa perspectiva de alteridade.

Reforçar a ideia de abrir mão das metanarrativas científicas para compreender as relações entre educação ambiental e educação do campo é crucial nessa discussão. Pois, como enfatizam as pesquisadoras Maria Aparecida de Oliveira e Maria do Carmo Gomes, "É necessário romper com a perspectiva de verdades absolutas que por muito tempo ignoraram os discursos e conhecimentos do outro, marginalizando-os em relação aos discursos centralizadores" (Oliveira & Gomes, 2017 p.153).

Essa reflexão se faz necessária, pois reconhecer a diversidade de saberes, perspectivas e vivências é fundamental para uma abordagem mais inclusiva e contextualizada da educação ambiental no campo (Sammarco, 2020).

Santos (2010, p.152) argumenta que "Ao deixar de lado as metanarrativas científicas, somos incentivados a explorar e valorizar os conhecimentos tradicionais e as múltiplas formas de conhecimento presentes nas comunidades do campo" .

Essa abordagem amplia nosso entendimento sobre as relações entre ambiente, sociedade e educação, considerando as perspectivas e os valores culturais dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, podemos criar espaços de diálogo e troca, promovendo o respeito à diversidade e fortalecendo a identidade e autonomia dos sujeitos do campo em relação à sua própria educação ambiental (Santos, 2010).

É importante deixar demarcado que os sujeitos que estão inseridos nos contextos da educação do campo são sujeitos que não compõem uma homogeneidade (Buczenko, 2019, p.23), o que nos leva a considerar suas múltiplas experiências e o caráter abrangente de suas

relações, sejam elas nos contextos da escola, ou exteriores a ela. Assim, é necessário levarmos em conta, como parte imprescindível do nosso mote de estudos, a relação de multiplicidade que tais sujeitos possuem, de que maneira tais sujeitos compreendem essas relações e quais as bases que as fundamentam.

Outro ponto central a ser abordado é o ensino de Educação Ambiental nas escolas do campo. Nesse contexto, é essencial que a pesquisa em evidência se dedique a compreender os desafios, perspectivas e possibilidades que fazem parte desse processo formativo, levando em consideração a subjetividade dos sujeitos envolvidos. É necessário entender quem são esses sujeitos para os quais a educação ambiental é direcionada (De Oliveira Magalhães; Tomanik, 2012, p.185), especialmente no contexto da educação do campo.

Portanto, é essencial empreender esforços na busca por uma compreensão e um conhecimento mais profundos acerca da identidade desses indivíduos, reconhecendo que a concepção de identidade a ser explorada é diversificada e abrangente. Essas considerações intensificam os obstáculos enfrentados pela educação ambiental no âmbito da educação rural, porém, simultaneamente, criam oportunidades promissoras no que concerne à Educação Ambiental nas escolas situadas no campo.

Pesquisadores(as) como Sato (2001) e Tristão (2004), evidenciam a limitação curricular, a ineficiência na formação docente em Educação Ambiental e o contexto social da comunidade, como principais desafios ao desenvolvimento da educação ambiental no âmbito das escolas do campo. Ao passo que a reformulação do PPP e o ensino de agroecologia integrados à educação do campo (Paim, 2011) despontam como fortes perspectivas a uma educação ambiental crítica e transformadora (Torres, 2012).

Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivos identificar os principais desafios e as perspectivas do ensino de Educação Ambiental nas escolas do campo de Vera Cruz, comunidade rural, no município de Porto Seguro, Bahia; Investigar como o Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisada contempla e direciona a Educação Ambiental; além de identificar possíveis fatores de influência no ensino de Educação Ambiental nas Escolas do campo da comunidade de Vera Cruz em Porto Seguro.

A pesquisa aqui relatada está dividida em dois capítulos além desta introdução, escritos no formato multipaper, estruturada em dois artigos científicos:

O capítulo 1 (um), intitulado “Educação Ambiental e Educação do Campo: Desafios e Perspectivas” traz uma revisão bibliográfica com os principais estudos que atravessam os campos da Educação Ambiental e da Educação do Campo.

Neste contexto, o capítulo 1 (um) aborda os principais conceitos sobre Educação Ambiental e da Educação do Campo refletindo sobre essas duas áreas da ciência num recorte crítico e transformador, evidenciando os desafios e perspectiva acerca do ensino de educação ambiental escolar. Secundariamente, o artigo buscou identificar as contribuições da Educação Ambiental para às práticas educativas em escola do campo, para o desenvolvimento local e fortalecimento das identidades das pessoas do campo; discutindo os saberes necessários para o professor que atua nas escolas do campo com ênfase na educação ambiental.

O capítulo 2 (dois) traz o título “O PPP escolar e a importância de estudar a Educação Ambiental nas Escolas Públicas do Campo, na comunidade de Vera Cruz (Porto Seguro-BA)”. O artigo propõe investigar como a Educação Ambiental tem sido trabalhada nas Escolas Públicas do Campo na comunidade de Vera Cruz. Analisando o PPP das escolas públicas do campo selecionadas com foco na Educação Ambiental, na promoção das aprendizagens e garantia do direito a educação.

A motivação primordial para o desenvolvimento da pesquisa partiu de minha vivência na comunidade pesquisada e da experiência tanto como aluno, quanto como professor em duas das escolas pesquisadas. Tais escolas são escolas do campo situadas em uma comunidade rural do município de Porto Seguro, Bahia, situado no corredor remanescente de Mata Atlântica e que compreende a microrregião Porto Seguro no Estado da Bahia.

Sou técnico em Magistério, Graduado em Ciências Biológicas, Especialista em Ensino de Ciências nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Gênero e Sexualidade na Educação e em Educação do Campo. Recentemente, concluí uma Pós Graduação *Latu Sensu* em Práticas Pedagógicas.

Há 35 anos, estabeleci domicílio na comunidade pesquisada, acompanhando de perto as mudanças e transformações sócio-ambientais decorrentes dos impactos acarretados pelo avanço do agronegócio, principalmente, cafeicultura, eucaliptocultura e pela criação de gado bovino. Desde o ano de 2006, trabalho como professor de Ciências na Escola Municipal Alcides Faustino Santos, e desde 2019, ministro aulas de agroecologia. Fui aluno da Escola Municipal Tiradentes e hoje, como pai de alunos(as), faço parte da comunidade escolar desta instituição, sendo assíduo nas reuniões de pais e mestres e nas ações pedagógicas voltadas à família e/ou comunidade veracruzense. Meus filhos, com idades de 7, 9 e 11 anos, frequentaram a escola Chico Lage, e atualmente, a minha esposa, trabalha como auxiliar de classe e integra o conselho escolar nessa mesma instituição. Conheço pessoalmente todos os professores(as) e grande parte dos pais e alunos(as) das três escolas pesquisadas.

O trabalho em Escolas do Campo possibilitou-me realizar formações conjuntas com os professores das escolas em destaque, proporcionando momentos enriquecedores de partilha e trocas de experiências pedagógicas.

A escolha do locus da pesquisa decorre de minha vivência na comunidade estudada e da prática docente em escolas do campo, motivada pela ausência de pesquisas correlatas na comunidade em evidência.

Esses fatores combinados permitiram identificar lacunas significativas no conhecimento existente sobre as necessidades e desafios específicos enfrentados por essa comunidade. Como alguém que vivenciou de perto as realidades e demandas locais, reconheço a importância de uma abordagem sensível e contextualizada na pesquisa acadêmica.

Através do meu envolvimento direto como educador no campo, percebi a carência de estudos que abordassem as particularidades dessa comunidade de forma aprofundada e holística. Portanto, ao selecionar esse locus para a pesquisa, busco preencher essa lacuna e contribuir para o desenvolvimento de intervenções e políticas educacionais mais adequadas e eficazes, que estejam em sintonia com diretrizes da educação do campo.

O reconhecimento do PPGCTA como um programa interdisciplinar influenciou na escolha do tema e na eleição do locus de pesquisa. Considerando os conhecimentos discutidos nos componentes ofertados durante o curso como alicerces fundantes das questões levantadas nesta pesquisa.

A relevância desta pesquisa reside no seu potencial para contribuir significativamente para as práticas educacionais e ambientais, ampliando o conhecimento sobre a Educação Ambiental no contexto das escolas do campo. Ao analisar a relação entre o Projeto Político Pedagógico e as práticas educativas ambientais, foi possível refletir sobre a reformulação e o fortalecimento do currículo escolar e das ações pedagógicas voltadas para a formação integral dos sujeitos do campo, com a realidade da comunidade estudada.

O estudo da educação ambiental no contexto da educação do campo pode ampliar o conhecimento científico sobre este tema, fornecendo dados e perspectivas valiosas que podem impactar positivamente não apenas essa comunidade em específico, mas também outras com contextos similares.

A divulgação adequada dos resultados da pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de políticas que promovam a educação ambiental nas comunidades rurais e para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino e aprendizagem adequadas ao contexto da educação do campo. Além disso, esses resultados têm o potencial de estreitar os

laços entre a escola do campo e a universidade, promovendo uma colaboração eficaz na busca por soluções sustentáveis e no avanço do conhecimento na área da educação ambiental.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, Nara (2023). Educação ambiental e cidadania ativa: um olhar a partir da realidade brasileira. **Educação Ambiental em Ação**, 32, 1-10.

BRASIL. (2007). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 13 set. 2022.

BUCZENKO, Gerson Luiz. **Educação ambiental e educação do campo**: caminhos em comum. Curitiba, PR: Editora Appris.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil:: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustainability in Debate**, v. 3, n. 1, p. 97-115, 2012.

CARVALHO, Maria de Fátima. **Educação no campo**: desafios e perspectivas. São Carlos: Editora Cubo, 2015.

CLARO, Karina Ambrosio. **O tema agroecologia em teses e dissertações brasileiras de educação ambiental**. 2016.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Sobre a Rio+20. 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html> . Acesso em: 21 de junho de 2022.

DECLARAÇÃO final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. 2012. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2022. <http://www.apambiente.pt/_zdata/Politiclas/DesenvolvimentoSustentavel/2012_Declaracao_Rio.pdf> . Acesso em: 09 de junho de 2023.

DANTAS, Jonielton Oliveira; SOARES, Maria José Nascimento; DOS SANTOS, Marília Barbosa. A relação da Educação Ambiental com a Educação do Campo: aspectos identificados a partir de publicações em periódicos de Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 448-480, 2020.

DE OLIVEIRA MAGALHÃES, Carlos Júnior Alberto; TOMANIK, Eduardo Augusto. Representações sociais e direcionamento para a educação ambiental na Reserva Biológica das Perobas, Paraná. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 17, n. 1, p. 227-248, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004. GUIMARÃES, Maurício. Educação ambiental crítica. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, 2004.

DOS SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo. **Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio**. 2007.

GONÇALVES, Josimere Serrão; FEITOSA, Maria Antonia Paixão. Descolonizar Já: pontos de debatesobre o epstemicídio. Complexitas–**Revista de Filosofia Temática**, v. 4, n. 2, p. 40-47, 2020.

GUIMARÃES, Mauro. **Dimensão ambiental na educação (A)**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2020.

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **Encontro da ANPPAS**, v. 1, p. 1-15, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental**. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, v. 3, 2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique A Complexidade Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/28295572_A_complexidade_ambiental>. Acesso em: 23 nov. 2022.

LEME, Patrícia. **Crise Ambiental e Sustentabilidade**. Univesp- Universidade Virtual do Estado de São Paulo, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Educação Ambiental. Unesco. **Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007^a.

MOLINA, Maria Cristina (2004). Educação do campo e a questão ambiental. **Educação em Revista**, 20, 185-202.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Ivan Gomes; DA COSTA, Sandra Maria Fonseca. Análise da percepção ambiental dos moradores de área de várzea urbana de uma pequena cidade do estuário do Rio Amazonas. **Paisagem e Ambiente**, n. 40, p. 151-167, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21.1995. Disponível em: <www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>. Acesso em: 9 de maio de 2022.

PAIM, Robson Olivino et al. **Natureza, terra e trabalho na educação do MST: o caso do assentamento Congonhas-Abelardo Luz-SC**. 2011.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2004. REIS, Carlos Augusto. Educação ambiental e povos subalternizados: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, p. 11-24, 2020.

REIS, Carlos Augusto. Educação ambiental e povos subalternizados: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, p. 11-24, 2020.

SAMMARCO, Canina Micaela; RODRIGUEZ, Ivan Borroto; FOPPA, Carina Catiana. Educação ambiental, educação do campo e ambientalização escolar: diálogos entre diversas paisagens escolares. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 310-340, 2020.

SANTOS, J. A. (2010). Educação ambiental e conhecimento tradicional. **Educação em Revista**, 26(1), 145-162.

SATO, Michèle. **Formação em Educação Ambiental—da escola à comunidade**. Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria do Ensino Fundamental, p. 07-15, 2001.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005.

SILVA, Maria de Fátima. Educação ambiental e agroecologia: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 13, n. 2, p. 1-10, 2018.

TOLEDO, Maria da Conceição. Educação ambiental no campo: desafios e possibilidades. **Educação Ambiental em Ação**, v. 20, n. 51, p. 13-27, 2016.

TORRES, Heloisa Carvalho (2012). Educação ambiental crítica e transformadora no contexto do campo: desafios e possibilidades. **Educação em Revista**, 28(2), 209-231.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo: Annablume, 2004.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Educação Ambiental e Educação do Campo: Desafios e Perspectivas.

Edson Pesca de Jesus^{1,2}<https://orcid.org/0000-0001-6637-9277>, Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto¹ <https://orcid.org/0000-0002-5711-5453>¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA) da Universidade Federal do Sul da Bahia / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. 45810-000, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

RESUMO - Este artigo, resultado de uma dissertação de mestrado no formato multipaper, apresenta uma revisão de literatura sobre a importância da educação ambiental no contexto da educação do campo. Discute-se os desafios e perspectivas para a implementação de práticas educativas nas escolas do campo, enfatizando as contribuições da educação ambiental para o fortalecimento das identidades das pessoas que vivem nessas comunidades. Os resultados evidenciam uma convergência entre os objetivos e práticas da educação ambiental e da educação do campo, bem como as temáticas que permeiam esses dois campos de estudo. Esse estudo destaca a relevância de promover uma educação ambiental contextualizada e inclusiva, capaz de valorizar os saberes locais e as relações entre ambiente, sociedade e cultura nas comunidades rurais.

Palavras-chaves: Educação Ambiental Educação do Campo Práticas Educativas.

ABSTRACT - This article, the result of a master's thesis in multipaper format, presents a literature review on the importance of environmental education in the context of rural education. It discusses the challenges and perspectives for the implementation of educational practices in rural schools, emphasizing the contributions of environmental education to the strengthening of the identities of people living in these communities. The results show a convergence between the objectives and practices of environmental education and rural education, as well as the themes that permeate these two fields of study. This study highlights the relevance of promoting a contextualized and inclusive environmental education, capable of valuing local knowledge and the relationships between environment, society and culture in rural communities.

Keywords: Environmental Education Field Education Educational Practices.

1 INTRODUÇÃO

A intersecção entre Educação Ambiental e Educação do Campo no Brasil é um tema que merece maior aprofundamento, considerando as convergências entre essas duas áreas e suas origens em movimentos sociais que contestam o modelo de desenvolvimento vigente (Alves, 2016).

A construção de sociedades justas e equitativas depende da formação de uma consciência ambiental crítica e emancipatória nas comunidades, especialmente aquelas que vivem no campo. Neste contexto a educação ambiental assume um papel fundamental na promoção de conhecimentos, valores e práticas que contribuam para consolidação de sociedades sustentáveis.

Pensar a Educação Ambiental por meio de uma proposta de engajamento e mudança social requer, antes de tudo, perceber quais são os impactos desta educação na vida das pessoas. Refletir essa educação pode ou tem contribuído para que tais sujeitos se reconheçam como parte de um processo de desconstrução, guiado pelas propostas de mudança social, na medida em que estabelecem uma nova ordem que se difere da ordem dominante (Leff, 2022).

A educação ambiental deve ser um processo de transformação que nos permita compreender as relações entre nós, a natureza e a sociedade. Deve, portanto, nos levar a agir de forma mais responsável e ética em relação ao meio ambiente (Costa-Pinto, 2012).

Diante do exposto, a pesquisa em destaque busca responder as seguintes questões problematizadoras: Quais são os principais fatores que influenciam a Educação Ambiental nas escolas do campo? Há perspectivas para o ensino de EA no âmbito da Educação do Campo?

Por meio de uma revisão de literatura, descrita com munícia logo abaixo foi possível obter uma visão ampla da realidade contextual da Educação Ambiental escolar no Brasil, compreendendo como as relações e ações propostas pelos campos da Educação Ambiental e da Educação do Campo se constituem e se desenvolvem.

O objetivo da pesquisa foi discutir a importância da educação ambiental no contexto da educação do campo, considerando os desafios e perspectivas para práticas educativas em escolas do campo.

A pesquisa busca explorar estratégias e abordagens que integrem conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis, reconhecendo as contribuições da educação ambiental no fortalecimento das identidades das pessoas que vivem no campo, visando uma transformação positiva nas comunidades rurais e na relação harmoniosa entre ser humano e meio ambiente visando a construção de sociedades sustentáveis.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR

A educação ambiental desempenha um papel crucial na formação dos estudantes do campo, proporcionando-lhes conhecimentos e habilidades necessários para lidar com os desafios ambientais presentes em suas comunidades. Ao promover a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e a adoção de práticas sustentáveis, a educação ambiental contribui para a construção de uma sociedade mais equilibrada e responsável.

Além disso, a implementação de práticas educativas contextualizadas e inclusivas nas escolas do campo é essencial para valorizar os saberes locais e fortalecer as identidades das pessoas que vivem nessas comunidades. Reconhecer e integrar os conhecimentos tradicionais e as relações entre ambiente, sociedade e cultura presentes no contexto rural é fundamental para uma educação significativa e transformadora. Ao promover uma educação ambiental que considere a realidade específica do campo, as escolas podem fortalecer a autoestima, o senso de pertencimento e o engajamento dos estudantes, incentivando sua participação ativa na construção de um futuro sustentável.

Compreender as melhores práticas, os obstáculos e as possibilidades nesse contexto específico é fundamental para orientar ações educativas efetivas e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Ao abordar essa temática, espera-se ampliar o conhecimento e a conscientização sobre a importância da educação ambiental no campo, proporcionando subsídios para a formulação de políticas e práticas educativas mais alinhadas às necessidades e realidades locais.

A educação ambiental é uma temática fundamental para a formação de indivíduos conscientes e engajados em relação às questões ambientais. No contexto da educação do campo, a importância desse tema se intensifica, uma vez que os sujeitos do campo estão diretamente relacionados com a utilização dos recursos naturais e com a preservação da biodiversidade (Ribeiro, 2021). Como destacou Moacir Gadotti (2002, p.14), em sua obra "Pedagogia da Terra", a educação do campo deve estar em constante diálogo com a realidade local, com a cultura e com os saberes populares, o que inclui a incorporação de práticas ecológicas em seu processo educativo. Nesse sentido, a educação ambiental surge como uma ferramenta imprescindível para a formação de uma consciência crítica e reflexiva sobre as questões ambientais e sua relação com a vida no campo (Loureiro, 2010).

A Educação Ambiental é um processo que busca conscientizar a população sobre a importância da preservação socioambiental, estimulando a adoção de práticas sustentáveis em diversas áreas da sociedade. Existem várias definições de educação ambiental.

No Capítulo 36 da Agenda 21, a Educação Ambiental é caracterizada como um processo que tem como objetivo desenvolver uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e os problemas a ele relacionados. Busca-se formar uma população que possua conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar tanto de forma individual quanto coletiva na busca por soluções para os problemas existentes e prevenção de novos (Capítulo 36 da Agenda 21).

É importante destacar que a pesquisa em tela norteia-se pelo viés da Educação Ambiental crítica e transformadora, defendida por pesquisadores como Paulo Freire (1980), Henri Leff (2006), Souza Santos (2009), Moacir Gadotti (1984), dentre outros que buscam promover a emancipação e a participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Essa abordagem propõe uma reflexão sobre as estruturas sociais que influenciam a relação entre o ser humano e o meio ambiente, estimulando a adoção de práticas transformadoras e a luta por mudanças sociais mais amplas. Outros pesquisadores que fazem a defesa por uma educação ambiental crítica e transformadora, são Guimarães (2004), Carvalho (2004), Layrargues (2010), Loureiro (2006), Sauvé (2005), Reigota (2002), Tozoni (2007), dentre outros.

Nesta perspectiva, a Educação Ambiental tem um papel importante no sentido de contribuir na ampliação da consciência crítica dos indivíduos para a necessária construção de uma nova ordem sócio metabólica sustentável e de saberes ambientais que possibilitem ao educando ser agente de transformação (Santos Pinto & Guimarães, 2017).

3 EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO

Com efeito, a educação ambiental é algo a ser apropriado, é algo a ser apropriado, de modo que deve ser pensada através da reflexão de seus conceitos e também fundamentos. Assim, também Educação do Campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica. Por sua vez, a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade (Loureiro, 2004).

O marco de 1997 foi significativo para a educação do campo devido à realização do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. Na ocasião, surgiu o desafio de repensar a educação pública a partir da perspectiva do mundo rural, levando em consideração suas características específicas de tempo, espaço e a visão que os habitantes do campo têm sobre o mundo e o meio ambiente, respeitando suas formas de vida (Paraná, 2010). No

entanto, somente em 2010, por meio do Decreto Federal nº 7.352, ocorreu a oficialização legal da definição de escola do campo.

De acordo com o inciso II do parágrafo 1º, artigo 1º, a escola do campo é definida como a instituição "localizada em área rural, conforme definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações rurais" (Brasil, 2010).

Com base nessa perspectiva renovada da educação do campo, é essencial que as práticas pedagógicas priorizem a preparação dos estudantes para a inserção no mundo real, com todas as suas complexidades e questões sociais, promovendo o desenvolvimento de um senso de pertencimento ao local em que estão inseridos. Dessa forma, busca-se capacitar o sujeito campestre(a) para uma compreensão profunda da sua realidade e promover a sua capacidade de se adaptar às mudanças que surgem.

Nesse contexto, de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação/CNE - Câmara de Educação Básica, a identidade da escola do campo pode ser definida pela sua vinculação com as questões da realidade local. Sendo assim, a escola do campo deve se fundamentar nos saberes acumulados e na temporalidade, na memória coletiva que aponta para o futuro, nos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis na sociedade, assim como nos movimentos sociais que defendem projetos voltados para a promoção de soluções que impactam a qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002).

Um dos maiores desafios das escolas campestres é contribuir para restabelecer o sentimento de pertencimento dos sujeitos, para que se reconheçam como integrantes de uma localidade e reconstruam a sua identidade com o campo, com o local em que vivem (Silva, 2015). Neste contexto, a escola na modalidade de ensino de Educação do Campo é definida pela “[...] vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes” (Brasil, 2002, p.37).

A fundamentação basal da Educação do Campo exige que ela seja pensada/articulada sempre na tríade: Campo - Política Pública - Educação. É a relação, na maioria das vezes tensa, entre estes termos que constitui a novidade histórica do fenômeno que foi batizado de Educação do Campo (Caldart, 2012).

É possível afirmar, então que a Educação do Campo por si só, já faz parte de um projeto contra-hegemônico (Mélige, 2014, p.151) que vem sendo proposto pelos diversos movimentos sociais. Para tanto, é proposto, através desses estudos, estabelecer uma relação

da educação ambiental, aplicada e vivenciada no contexto da educação do campo, de modo a ser percebida como parte de um processo societário.

Assim, compreender o sentido da educação ambiental nesses espaços é uma maneira de identificar, em seus processos, quais são as perspectivas, desafios e possibilidades que ela apresenta, e como é possível que ela seja também parte desse projeto contra-hegemônico.

Deve-se promover, no âmbito da Educação do Campo, uma visão integrada que proporcione à escola ser um espaço de convivência e trocas culturais. Nesse sentido, é importante resgatar e valorizar os valores positivos presentes no cotidiano do ambiente rural, como solidariedade, afetividade e respeito à natureza.

A educação ambiental, em virtude de sua natureza crítica e dialógica, pode - e deve - desempenhar um papel fundamental na educação do campo, auxiliando os estudantes a transformarem a si mesmos, seu entorno e suas relações sociais de maneira mais sustentável e harmoniosa. Como destacado por Guimarães (2004, p. 182), "a educação ambiental, ao estimular a reflexão crítica e o diálogo, possibilita a construção de conhecimentos e ações que promovem a transformação da realidade em direção a uma convivência mais equilibrada e justa com o ambiente".

4 A AGROECOLOGIA NA ESCOLA DO CAMPO

A Escola do Campo é um modelo educacional que se dedica ao atendimento e formação de estudantes que vivem em áreas rurais, promovendo uma educação contextualizada e voltada para a realidade do campo (Gadotti, 2002).

De acordo com Arroyo (2004, p.178),

A Escola do Campo busca superar as desigualdades sociais e valorizar a cultura camponesa, proporcionando uma educação que respeite e valorize os saberes locais, as práticas agrícolas sustentáveis e a relação harmoniosa com o meio ambiente. Este modelo educacional reconhece a importância da agricultura familiar e busca promover o protagonismo dos estudantes, preparando-os para a vida no campo e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (Arroyo, 2004, p.178).

As escolas do campo têm a responsabilidade de oferecer uma educação que não se limite à adaptação dos estudantes, mas que os capacite a se engajar no mundo e transformá-lo, por meio de uma compreensão aprofundada de sua realidade (Alves, Melo, Santos, 2017, p. 88).

A educação do campo desempenha um papel essencial ao envolver o sujeito do campo em discussões sobre seu território, contribuindo para o reconhecimento e valorização do campesino como um sujeito social capaz de promover mudanças na sociedade, respeitando suas

lutas, saberes, história e cultura (Kolling *et al*, 2002). Entretanto, a conquista de uma educação do campo digna para todos os camponeses ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em relação às dificuldades de ensino e infraestrutura presentes na maioria das escolas rurais (Brito, 2019).

No contexto específico da educação ambiental nas escolas do campo, é importante considerar que a maioria dos estudantes possui uma conexão direta com a terra e o meio ambiente. Nesse sentido, a educação ambiental pode desempenhar um papel crucial no fomento ao desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, especialmente quando fundamentada nos princípios da Agroecologia.

A Agroecologia concebe o meio ambiente como um sistema aberto, composto por diversos subsistemas interdependentes que configuram uma realidade dinâmica de complexas relações naturais, ecológicas, sociais, econômicas e culturais (Herrero *apud* Costa, 2012; Luhmann, 1989). Essa abordagem holística possibilita uma compreensão mais ampla dos desafios ambientais e promove uma educação ambiental que busca a sustentabilidade e a harmonia entre os seres humanos e o ambiente em que vivem.

No Currículo das escolas do campo, a agroecologia surge como possibilidade emancipatória, pois permite articular a compreensão da vida na terra, o aprendizado político, a cooperação solidária, o respeito a cultura e a natureza, a equidade social, como sugere Souza (2011). A agroecologia, em sua base, apresenta características consideráveis, que podem contribuir significativamente na elaboração de um projeto de educação para formação humana emancipadora.

A partir dessa ótica percebe-se uma conexão extremamente importante entre a Agroecologia e Educação Ambiental no que concerne o ensino de educação ambiental nas escolas do campo, ancorados em práticas curriculares transversais. Em vista disso, Barbieri (2016, p.15) reafirma o caráter transformador da Educação Ambiental ao citar que a Educação Ambiental enquanto prática dialógica, que objetiva o desenvolvimento da consciência crítica, devendo estar comprometida com uma abordagem da problemática ambiental que interrelacione os aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos (Barbieri, 2016).

Refletir sobre a integração da Educação Ambiental e da Agroecologia envolve um movimento contrário à lógica dominante de produção e comercialização que prevalece no meio agrícola do Brasil contemporâneo, o qual promove uma intensa separação entre os seres humanos e a natureza (Porto-Gonçalves, 2006). É nesses contextos que os principais desafios e limitações para a Agroecologia e a Educação Ambiental surgem, mas também é onde essas

abordagens ganham força e emergem como uma perspectiva significativa para o sucesso da educação.

5 BREVE PERCURSO METODOLÓGICO.

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu em uma revisão de literatura, abrangendo artigos que exploram os campos da Educação Ambiental e da Educação do Campo. A busca por fontes foi realizada em bases de dados como Portal Capes de periódicos, Google Acadêmico e Scielo, utilizando descritores relevantes para a pesquisa conecta os campos da EA e da EC como educação ambiental, educação do campo, escola do campo e agroecologia. Foram adotados critérios de seleção, como a publicação em periódicos nacionais em língua portuguesa e estudos ambientais realizados em universidades públicas brasileiras, com ênfase em temas relacionados à conexão entre Educação Ambiental e Educação do Campo.

Para a seleção das leituras, adotou-se uma abordagem crítica, embasada em critérios predefinidos que estão alinhados com os objetivos delineados pela Educação Ambiental (EA) e a Educação do Campo (EC).

Primeiramente, procedeu-se à identificação das bases de dados científicas pertinentes, incluindo o Google Acadêmico, o Portal Capes e a Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scielo). Em seguida, definimos os termos de busca adequados, como "educação ambiental", "educação do campo", "escola do campo" e "agroecologia", para cada uma das bases de dados identificadas, o que nos permitiu obter um conjunto inicial de artigos considerados relevantes para a pesquisa.

A seleção das leituras foi conduzida cuidadosamente em diversas etapas. Inicialmente, uma análise minuciosa dos títulos e resumos dos artigos identificados foi realizada, seguindo rigorosos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

Os critérios de inclusão abrangeram a afinidade com a temática da pesquisa e a data de publicação nos últimos cinco anos. Por outro lado, os critérios de exclusão envolveram a falta de alinhamento com o tema proposto, a data de publicação anterior a 2018, a duplicação de estudos, amostras não representativas da população de interesse e a indisponibilidade do texto completo. Subsequentemente, os artigos selecionados foram integralmente lidos e submetidos a uma avaliação crítica em relação aos objetivos propostos, bem como à interligação entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo. A análise dos dados foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, buscando identificar e codificar os principais temas e conceitos presentes na literatura. Tal método sistemático permitiu uma compreensão mais profunda e abrangente do tema em questão.

O tratamento dos dados envolveu a sistematização e o levantamento dos principais eixos de análise, a partir dos indicadores extraídos do conjunto dos dados coletados.

A metodologia possibilitou obter uma visão ampla da realidade compreendendo como as relações e ações propostas pelos campos da Educação Ambiental e da Educação do Campo se constituem e se desenvolvem favorecendo a construção de outros modelos socioeconômicos, baseados na equidade, na justiça social, na sustentabilidade e na qualidade de vida das pessoas.

A avaliação dos dados e a reflexão teórica desempenham um papel fundamental em aprofundar nossa compreensão sobre a relevância da educação ambiental na esfera da educação rural, bem como nos desafios e oportunidades que se apresentam na promoção de práticas educacionais sustentáveis e no reconhecimento dos conhecimentos locais.

6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

6.1 Desafios

A Educação Ambiental nas escolas do campo enfrenta uma série de desafios que merecem atenção, uma vez que esses desafios impactam diretamente na qualidade da formação socioambiental dos estudantes camponeses. É essencial que esses estudantes desenvolvam uma consciência ambiental crítica e emancipatória para garantir a continuidade de sua existência e contribuir para a sustentabilidade em seu contexto rural.

A escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados com a preservação do meio ambiente, possibilitando a criação de condições e alternativas que estimulem os educandos a desenvolverem concepções e posturas cidadãs, conscientes de suas responsabilidades e integrantes do meio ambiente (Soares, 2020).

Contudo, é imprescindível questionar o caráter da Educação Ambiental que está sendo implementada no âmbito do ensino formal, bem como se ela efetivamente contribui para a consolidação da identidade e dos valores das comunidades rurais.

Carvalho (2005, pg. 51-63) levanta uma indagação fundamental: como a Educação Ambiental pode encontrar seu espaço na estrutura escolar, sendo um tema transversal que, paradoxalmente, pode tanto permear todos os aspectos do currículo quanto não se encaixar de maneira definida em nenhum deles? Essa questão ressalta a desafiante tarefa de incorporar a Educação Ambiental de forma genuinamente eficaz e plenamente integrada nas escolas.

Nos projetos político-pedagógicos das escolas do campo, identificam-se problemas recorrentes no que se refere ao ensino de Educação Ambiental. A revisão bibliográfica realizada

destaca questões preocupantes, como a notória fragmentação dos conteúdos. Com frequência, a Educação Ambiental é abordada de forma isolada e desconexa dentro do currículo escolar, o que implica na abordagem desarticulada dos temas relacionados ao meio ambiente em relação às demais disciplinas.

Tal abordagem dificulta a compreensão das interconexões e a contextualização dos problemas ambientais, representando um desafio a ser superado no ensino dessas temáticas. Um dos principais obstáculos é a fragilidade do currículo escolar. Grande parte das escolas brasileiras, incluindo as Escolas do Campo, não possui um projeto educativo que aborde a problemática ambiental (Dos Santos, 2001).

No âmbito da Educação do Campo, a inadequação curricular assume uma dimensão ainda mais crítica. Com frequência, o currículo escolar direcionado a esse contexto negligencia a diversidade e singularidade das comunidades rurais (Lima, 2020). Essa lacuna compromete a aplicação efetiva de princípios fundamentais como a Transversalidade e a Interdisciplinaridade, que desempenham um papel crucial na prática da Educação Ambiental (Brasil, 2001).

Destaca-se a necessidade de um Projeto Político-Pedagógico que leve em conta as diretrizes do Plano Nacional de Educação, as normas do Conselho Estadual de Educação e as resoluções federais e estaduais de educação do campo (Porto, 2016).

Autores como Molina (2004), Oliveira Magalhães e Tomanik (2012), Santos (2010) e Santos Pinto e Guimarães (2017) sustentam a importância da contextualização e da participação ativa dos estudantes e da comunidade no processo de aprendizagem da educação ambiental escolar.

Nesse ínterim, Pedro Jacobi (1994, p. 7) cita que a educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas (Jacobi, 1994).

Um desafio adicional reside na desconexão entre a abordagem teórico-metodológica e a aplicação prática. Com frequência, os planos político-pedagógicos dão ênfase à disseminação de conhecimento teórico sobre questões ambientais, negligenciando a implementação de ações práticas e a integração com a realidade local. A ausência de vivências e experiências concretas pode comprometer o envolvimento dos estudantes no processo de ensino da Educação Ambiental.

A falta de formação adequada dos professores para o ensino de Educação Ambiental nas escolas rurais representa um desafio significativo. Muitas vezes, os docentes carecem de especialização nessa área, o que compromete sua capacidade de abordar os temas de forma

interdisciplinar, empregar metodologias apropriadas e estabelecer vínculos significativos com a realidade local.

A fim de preencher essas lacunas, o PPP deve contemplar os saberes e fazeres do homens e das mulheres do campo. Para as escolas do campo, este documento, construído na coletividade, fundamenta a identidade dos povos camponeses que historicamente têm se movimentado na contramão de uma educação hegemônica, elitista e não incluyente.

De acordo com Porto (2016), a escola do campo é aquela que “procura aprofundar sua imersão na comunidade [...] visando melhorar as condições materiais dos educandos e de sua comunidade” (Porto, 2016, p.63), e isso implica pensar no seu Projeto Político-Pedagógico.

Cabe às escolas do e no campo elaborarem seu PPP, observando as diretrizes do PNE, as normas do CEE e as determinações das resoluções federal e estaduais de educação do campo. Quanto aos princípios da educação do campo, cabe observar o Art. 2º da Resolução do CEE-BA, n. 103/2015. No Art 4º A educação do Campo tem como princípios:

- I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;
- II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;
- III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;
- IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;
- V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;
- VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil;
- VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola. (Bahia, 2015, p.10).

A compreensão dos princípios educativos e culturais, conforme destacado no texto, é fundamental para superar os desafios da Educação Ambiental nas escolas do campo.

Para começar, é crucial promover uma formação de professores que leve em conta esses princípios, capacitando-os para uma abordagem interdisciplinar que incorpore a cultura local e a realidade dos estudantes em suas práticas de ensino.

Além disso, o respeito à diversidade é um pilar fundamental. Reconhecer e valorizar as diferentes perspectivas e experiências das comunidades rurais enriquece o ensino da Educação Ambiental, tornando-o mais relevante e significativo. Isso implica em desenvolver currículos

flexíveis, que permitam a adaptação às necessidades específicas das populações do campo, e na promoção de projetos pedagógicos que integrem o conhecimento local e as questões ambientais.

Outro passo crucial é a participação ativa da comunidade na gestão escolar, como mencionado no ponto VIII. Isso garante um controle social da qualidade da educação ambiental, tornando-a mais alinhada com as demandas e valores das populações rurais. Em síntese, para superar os desafios da Educação Ambiental nas escolas do campo, é necessário um compromisso com a formação de professores sensíveis às especificidades locais, currículos flexíveis que integrem cultura e meio ambiente, e uma gestão escolar participativa que envolva a comunidade na construção de um ensino mais contextualizado e relevante.

5.2 Perspectivas

Muitas pesquisas têm apontado o Ensino de Agroecologia nas escolas como uma perspectiva promissora de ressignificação das práticas pedagógicas. (Arroyo *et al* 2020). Essa abordagem pedagógica permite aos estudantes compreender a importância da preservação da biodiversidade, do uso responsável dos recursos naturais e da valorização dos sistemas agrícolas sustentáveis.

A Agroecologia é amplamente praticada por famílias que residem no campo, sendo uma abordagem metodológica que integra conhecimentos, ecológicos e socioeconômicos. Conforme Altieri (1998, p. 23), a Agroecologia busca garantir a sustentabilidade por meio da conservação e reequilíbrio da biodiversidade, da água, do solo, dos nutrientes e demais organismos presentes no ambiente. Essa abordagem tem como resultado o aumento da capacidade produtiva do território, sem causar degradação dos recursos naturais disponíveis.

Através da prática agroecológica, é possível promover uma agricultura mais harmoniosa e equilibrada, que respeita os ciclos naturais e contribui para a preservação do meio ambiente (Souto, 2011).

Ao integrar os princípios da agroecologia no currículo escolar, os estudantes são incentivados a desenvolver uma visão holística e integrada do ambiente rural, compreendendo que a produção de alimentos está intrinsecamente ligada à preservação do meio ambiente e à promoção da justiça social. Essa perspectiva educacional contribui para formar estudantes conscientes e engajados com a construção de um futuro sustentável (Santos; Silva, 2020).

O ensino de agroecologia nas escolas do campo, por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP), busca promover uma compreensão profunda da interdependência entre os seres humanos e a natureza. Essa abordagem incentiva práticas de manejo e produção que se

baseiam em princípios agroecológicos, tais como a conservação do solo, a diversificação de culturas, o uso de adubos orgânicos e a minimização do uso de agrotóxicos.

Ao introduzir o Ensino de Agroecologia no currículo das escolas do campo, é possível proporcionar aos estudantes uma visão holística e integrada do ambiente rural. Eles passam a compreender que a produção de alimentos está intrinsecamente ligada à preservação dos recursos naturais e à promoção da justiça social. Dessa forma, a educação ambiental se torna um elemento fundamental na formação desses estudantes, permitindo-lhes desenvolver habilidades, atitudes e conhecimentos necessários para uma convivência harmoniosa com o meio ambiente.

Por meio do Ensino de Agroecologia, os estudantes do campo são incentivados a reconhecer e valorizar os saberes locais, as práticas tradicionais e as formas de vida das comunidades rurais. Essa abordagem pedagógica contribui para a promoção da identidade cultural e fortalecimento das comunidades do campo, que muitas vezes foram marginalizadas e desvalorizadas ao longo da história.

Segundo Altieri (1989, p.53) a agroecologia é uma ciência ou disciplina científica que envolve a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (Altieri, 1989). Através da abordagem da agroecologia como perspectiva de formulação de uma educação ambiental crítica e transformadora, é possível empoderar os sujeitos do campo, reconhecendo suas identidades culturais e promovendo a valorização de suas formas de vida e saberes tradicionais.

De acordo com o estudo publicado por Marília Gaia (2017, p.4)

Enquanto Ciência, a Agroecologia abarca conhecimentos de distintas áreas, tais como Agronomia, Ecologia, Sociologia, Geografia, Comunicação, Educação, Física, Química, etc. Desta forma não há dificuldade de aproximá-la aos conteúdos e temas de Ciências da Natureza (bem como de outras áreas) de uma forma geral, mais ainda aos contextualizados com a Educação do Campo. (Gaia, 2017, p. 4).

Ao adotar uma visão holística e integrada do ambiente rural, a agroecologia estabelece uma conexão entre a produção sustentável de alimentos, a preservação dos recursos naturais e a justiça social. Assim, o ensino de agroecologia se configura como um importante meio de fortalecimento das propostas de reconhecimento do sujeito campesino como diverso e coletivo (Santos e Silva, 2020).

Ao oferecer uma educação que valorize e promova a diversidade cultural e as práticas sustentáveis no campo, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e ambientalmente consciente. Portanto, investir no ensino de agroecologia como

parte integrante de uma educação ambiental crítica e transformadora é fundamental para promover a inclusão, a valorização das identidades e a sustentabilidade nas comunidades rurais.

A conexão entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo é fundamental para promover uma abordagem pedagógica mais contextualizada, significativa e transformadora. A Educação Ambiental, ao considerar a relação entre as pessoas e o meio ambiente, valoriza os conhecimentos tradicionais, as práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais, aspectos essenciais para a Educação do Campo. Por sua vez, a Educação do Campo, voltada para as especificidades das comunidades rurais, reconhece a importância da sustentabilidade ambiental, da agroecologia e da valorização dos saberes locais no processo de ensino e aprendizagem. Ao unir essas duas perspectivas, é possível promover uma educação que forme cidadãos conscientes, críticos e engajados, capazes de compreender e transformar a realidade ambiental e social em que estão inseridos, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, foi empregada a revisão de literatura como abordagem metodológica. A pesquisa bibliográfica é um método que consiste na busca, análise e interpretação de referências teóricas e científicas disponíveis sobre um determinado tema (De Sousa et al., 2021). Neste contexto, foram exploradas diversas fontes de informação, como artigos científicos, livros, teses e dissertações, a fim de obter uma compreensão abrangente sobre a Educação Ambiental e a Educação do Campo e o cruzamento de ambos. A pesquisa bibliográfica é um importante ponto de partida para a produção de conhecimento científico, permitindo uma revisão crítica do conhecimento existente e fornecendo embasamento teórico para a investigação.

Para a seleção das leituras, foi adotada uma abordagem crítica, baseada em critérios pré-estabelecidos que satisfazem aos objetivos almejados. Primeiramente, foram identificadas as bases de dados científicas relevantes, em seguida, foram definidos os termos de busca adequados para cada base de dados, com o objetivo de obter um conjunto inicial de artigos relevantes.

A seleção das leituras foi realizada em etapas distintas. Inicialmente, foram examinados os títulos e resumos dos artigos identificados, utilizando critérios de inclusão e exclusão pré-definidos. Os critérios de inclusão envolveram a relevância temática e data de publicação nos últimos 5 anos. Os critérios de exclusão envolvem a não conformidade com o tema proposto, a duplicação de estudos e a indisponibilidade do texto completo. Posteriormente, os artigos

selecionados foram lidos integralmente e avaliados criticamente de acordo com os objetivos delineados.

Na primeira seleção dos artigos, o descritor utilizados foi Educação ambiental, para o qual foram localizadas 6.850 artigos publicados no Brasil entre 2018 e 2023 que abordam a educação ambiental. A primeira seleção teve como objetivo identificar e excluir casos de artigos publicados em duplicidade ou aqueles cujo título eram demasiadamente semelhantes. Após a exclusão, o número de artigos restantes foi 2130. Ao considerar somente os artigos nacionais publicados em língua portuguesa e associados a universidades públicas brasileiras esse número desce para 130 artigos. Considerando, os títulos relevantes para o contexto da pesquisa restaram 42 publicações. Após a leitura dos resumos, foram escolhidos 8 artigos que de alguma forma contemplavam a educação ambiental escolar. Tais artigos foram lidos na íntegra e serviram de embasamento para o resultado da pesquisa.

Quadro 1 – Resultado da Revisão de literatura sobre Educação do Campo

Periódico	Título	Autores	Objetivo/Intervenção
Revista Trabalho Necessário	A educação ambiental crítica: crítica de quê?	TREIN, Eunice Schilling, (2022)	Aborda a temática da educação ambiental crítica num momento em que as discussões sobre o tema do “desenvolvimento sustentável” e da “economia verde” se fizeram presentes de maneira intensa na sociedade brasileira.
Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)	Educação Ambiental Crítica na Formação de Professores	CRUZ, Ynaiara Kristhine Stopa et al (2021)	Este trabalho apresenta os resultados de uma revisão sistemática de literatura (RSL) que teve como objetivo observar e analisar de que forma a Educação Ambiental Crítica está sendo abordada na formação inicial e continuada de professores.
Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA).	Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular.	BARBOSA, Giovani; DE OLIVEIRA, Caroline Terra. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular (2020)	Analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua última versão, realizando algumas reflexões referentes à inserção da Educação Ambiental.
Pesquisa em Educação Ambiental	Educação ambiental em foco no ensino básico	UHMANN, Rosângela Inês Matos; VORPAGEL, Fernanda Seidel (2018).	Refere-se ao estudo das Estratégias de Ensino (EE) que permeiam a Educação Ambiental (EA) na Educação Básica (EB).

Revista Eletrônica de Educação Ambiental (REAM).	O desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil: importância e possibilidades	VERDERIO, Leonardo Álisson Pomper Mayer (2021).	A pesquisa teve por objetivo investigar a importância de desenvolver a Educação Ambiental na Educação Infantil.
Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)	Educação ambiental e educação popular: uma análise de práticas educativas	NOGUEIRA, Christiano. Contribuições para a Educação Ambiental Crítica (2023)	O artigo apresenta contribuições para a Educação Ambiental crítica, no sentido de promover mudanças nas relações entre os seres humanos e a natureza.
Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)	Um olhar sobre as pesquisas do campo da Educação Ambiental no ensino fundamental (anos iniciais) nos últimos 10 anos	DE ABREU SANTOS, Jaklane; DE OLIVEIRA (2023)	O artigo objetivou construir um panorama de pesquisas sobre Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental, durante os últimos 10 anos.
Pesquisa em Educação Ambiental	A pesquisa em educação ambiental: perspectivas e enfrentamentos	DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina (2020).	Realizar um balanço da educação ambiental e apontar os principais desafios e enfrentamentos da EA no cenário atual

A análise dos resultados da revisão bibliográfica revelou uma abordagem multifacetada e complementar da temática da Educação Ambiental em diversos contextos e perspectivas.

Primeiramente, o estudo de Trein (2022) destaca a importância da Educação Ambiental Crítica em um cenário marcado pelas discussões sobre desenvolvimento sustentável e economia verde, influenciadas pela Conferência das Nações Unidas RIO+20. Essa perspectiva crítica é fundamental para questionar conceitos e práticas que podem limitar uma abordagem efetiva da sustentabilidade.

Nesse contexto, a proposta de diretrizes curriculares nacionais para a EA, discutida no VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, reforça a necessidade de tornar a EA obrigatória em todas as modalidades de ensino. Essa integração entre teoria e prática, entre reflexão e ação, é essencial para uma EA significativa e transformadora.

O estudo de Da Cruz et al. (2021) corrobora a pesquisa de Trein (2022) ao enfatizar a importância da Educação Ambiental crítica, na formação inicial e continuada de professores. A autora critica a abordagem predominante nos cursos de formação de professores, que, em sua perspectiva, tende a perpetuar uma visão reducionista da Educação Ambiental. Essa visão, segundo ela, acaba por legitimar o sistema econômico global em vigor, o qual não está alinhado com os princípios da sustentabilidade ambiental.

A autora destaca em seu estudo, a urgente necessidade de materiais didáticos adequados, espaços apropriados para atividades práticas e o aprimoramento da capacitação dos professores como desafios cruciais que demandam ação imediata.

De acordo com De Novais et al. (2021, p. 949), a produção de materiais didáticos utilizando recursos de mídia pelos próprios estudantes surge como uma estratégia interessante permitindo que eles compartilhem suas experiências relacionadas a questões ambientais.

Relacionando essas duas publicações com o estudo de Barbosa; De Oliveira (2020), que analisa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vemos a importância de compreender como a Educação Ambiental está incorporada no currículo escolar brasileiro.

A BNCC desempenha um papel crucial ao estabelecer os conteúdos e objetivos da educação básica, sendo fundamental a inclusão adequada da Educação Ambiental nesse documento.

Isso é essencial para conscientizar os estudantes sobre os problemas socioambientais e promover o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação a essas questões.

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode oferecer elementos fundamentais para a melhoria da abordagem da Educação Ambiental nas escolas, assegurando sua incorporação no currículo de maneira sólida e abrangente.

Com base nos estudos realizados por Uhmman & Vorpagel (2018), a investigação sobre a sistematização das Experiências de Ensino com foco na Educação Ambiental revelou a existência de lacunas no entendimento da EA no contexto educacional, as quais ainda são pouco exploradas pelos professores.

A problematização das práticas de Educação Ambiental surge da necessidade de integrá-las ao cotidiano escolar, visando à adoção de hábitos mais saudáveis e à conscientização ambiental. Nesse sentido, é perceptível que a sistematização das EE com foco na EA representa um desafio que requer avanços, começando pelo planejamento, implementação e avaliação no âmbito coletivo escolar, com a participação ativa dos professores, com o intuito de aprimorar a ação docente e promover a educação ambiental de forma mais eficaz. Esses estudos ressaltam a importância de repensar as práticas pedagógicas para incorporar de maneira mais efetiva a dimensão ambiental no ensino, contribuindo para uma sociedade mais sustentável.

O estudo realizado por Verderio (2021) destaca a importância da Educação Ambiental na Educação Infantil como meio de despertar a curiosidade das crianças em relação ao meio ambiente e desenvolver seu senso crítico, ajudando-as a discernir entre o certo e o errado em questões ambientais. A Educação Infantil I é vista como um campo propício para abordar temas

ambientais, aproveitando a suscetibilidade das crianças ao aprendizado. No entanto, enfatiza-se a necessidade de um trabalho contínuo nessa área para construir uma sociedade sustentável.

O autor argumenta que é essencial que escolas e professores estejam preparados para abordar questões ambientais desde o início da Educação Básica, sendo a Educação Infantil um estágio adequado para isso, pois é nessa fase que as crianças constroem suas concepções e atitudes em relação ao futuro. Quando as crianças se deparam com problemas ambientais em seu cotidiano ou na mídia, demonstram uma grande preocupação com essas situações, o que pode contribuir para o desenvolvimento de valores relacionados ao meio ambiente. Portanto, o estudo enfatiza a importância de introduzir a EA desde cedo, a fim de promover uma consciência ambiental desde a infância

Já a pesquisa de Nogueira (2023) enfoca a relação entre o trabalho humano, a educação e a natureza a partir de uma base epistemológica. O autor argumenta que, com base no princípio ontológico do trabalho humano, os processos educativos e a Educação Ambiental permitem que os seres humanos adquiram conhecimentos e técnicas para questionar e promover mudanças sociais e ambientais, respeitando os limites regenerativos do planeta.

De acordo com os resultados da pesquisa realizada por De Abreu Santos e De Oliveira (2023), é evidente que a Educação Ambiental, quando incorporada ao ensino formal, enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios identificados é a falta de uma formação crítica adequada para os professores, o que resulta em abordagens que frequentemente se concentram apenas nos aspectos naturais do meio ambiente.

Essa lacuna na formação docente afeta diretamente a educação dos alunos, levando a práticas superficiais que não são caracterizadas como processos políticos e intencionais. Portanto, os resultados destacam a importância de aprimorar a formação dos professores e promover abordagens mais profundas e engajadas na EA dentro do contexto educacional.

Por fim, o estudo de De Moura Carvalho (2020) oferece uma perspectiva reflexiva sobre os principais desafios e enfrentamentos da Educação Ambiental no contexto brasileiro. A contextualização do cenário social em que se realiza a Educação Ambiental e a identificação dos principais obstáculos para sua efetividade são cruciais para orientar estratégias mais eficientes na promoção dessa educação. Essa reflexão reforça a importância de abordar os enfrentamentos identificados nos estudos anteriores e fortalecer a resistência criativa e a resiliência necessárias para avançar no campo da Educação Ambiental.

Assim, integrando as publicações, é possível perceber a necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar da EA, presente no currículo escolar e alinhada com as diretrizes

curriculares nacionais. A utilização de ferramentas práticas, como a horta escolar, pode fortalecer a aprendizagem e sensibilizar os alunos para a importância da sustentabilidade.

A análise da BNCC permite avaliar o compromisso da educação básica com a Educação Ambiental, enquanto a reflexão sobre os desafios e enfrentamentos orienta estratégias para superar barreiras e promover uma Educação Ambiental mais eficaz e relevante no contexto atual.

O segundo descritor empregado nesta revisão foi "Educação do Campo", e identificamos 71 artigos publicados no Brasil entre 2018 e 2023 que tratavam do assunto da educação rural.

Na primeira fase, o objetivo foi remover duplicatas e títulos muito semelhantes, resultando em 63 artigos restantes. Em seguida, a seleção foi refinada para incluir apenas artigos de universidades públicas brasileiras, publicados em língua portuguesa, o que reduziu o número para 44 artigos. Dentro desse grupo, após a análise cuidadosa dos títulos relevantes para o contexto da pesquisa, restaram 29 publicações. Finalmente, após uma leitura minuciosa dos resumos, foram selecionados 5 artigos que foram lidos integralmente e serviram como base para os resultados deste estudo. Esse processo reflete o rigor na escolha dos artigos e a importância dos mesmos no embasamento desta pesquisa.

Quadro 2 – Resultado da revisão de literatura sobre Educação no Campo.

Periódico	Título	Autores	Objetivo/Intervenção
Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação	SANTOS, Marilene (2018).	Discute o direito à educação para as populações do campo e analisa a garantia desse direito nos documentos que balizam a política educacional no país nas últimas décadas.
Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia	Educação do campo e ensino de ciências no Brasil: um estado do conhecimento dos últimos dez anos	SILVA, Francislene Neres Santos et al. (2019).	Analisar como o ensino de ciências tem sido difundido e abordado na Educação do Campo
Revista Pedagógica	Interfaces da educação do campo e movimentos sociais: possibilidades de formação.	BICALHO, Ramofly (2018).	Fruto das pesquisas realizadas em educação do campo na sua estreita articulação com os movimentos sociais
Ambiente & Educação	Educação ambiental dialógico-crítica e educação do campo:	FERREIRA, Caroline Lins Ribeiro; PEREIRA, Kelci Anne; LOGAREZZI,	Compreender as categorias educação ambiental e educação do campo contextualizadas na referência

	buscando caminhos contra hegemônicos	Amadeu Montagnini (2020).	epistemológica e filosófica do materialismo histórico.
Revisa Educación, Política y Sociedad	Educação do Campo: uma análise crítica sobre a representação da modalidade na BNCC brasileira em tempos de neoliberalismo	COGO, Taisson Pedrozo et al (2023).	Lança olhar crítico-reflexivo sobre a Base Nacional Comum Curricular Brasileira, reivindicando os princípios da Política de Educação do Campo.

Elaborado pelo autor

O estudo de Santos (2018) destaca a discussão do direito à educação para as populações do campo e sua análise nos documentos que norteiam a política educacional no Brasil. A pesquisa evidencia as tensões presentes nos documentos analisados, que oscilam entre a garantia e a não efetivação do direito à educação para essa população. Além disso, questiona a concepção de Educação Rural, assumindo a perspectiva da Educação do Campo. Ao relacionarmos essa pesquisa com outros estudos, percebemos a necessidade de fortalecer o reconhecimento e a valorização da Educação do Campo no contexto nacional.

O estudo de Silva (2019) contribui para essa discussão ao analisar como o ensino de ciências tem sido abordado na Educação do Campo, identificando uma lacuna de trabalhos nessa área. Isso ressalta a importância de integrar a Educação do Campo com o ensino de ciências e desenvolver pesquisas mais abrangentes que abordem a relação entre os saberes do campo e o ensino de ciências.

O trabalho de Bicalho (2018) complementa essa perspectiva ao apresentar reflexões sobre a concepção de educação do campo, enfatizando sua articulação com os movimentos sociais e a formação de educadores. Esse estudo destaca a importância da educação do campo como práxis libertadora, dialogando com os gestos, valores e lutas pela terra dos movimentos sociais do campo. Essa integração entre educação do campo e movimentos sociais é crucial para compreender e atender às demandas educacionais dessas comunidades.

O estudo de Ferreira et al. (2018) amplia a discussão ao relacionar a educação ambiental e a educação do campo sob a referência epistemológica e filosófica do materialismo histórico. Esse estudo destaca a relação entre sociedade e ambiente e os desafios comuns na construção de sociedades sustentáveis. A abordagem conjunta dessas duas categorias pode fornecer uma base sólida para promover uma educação ambiental crítica e contextualizada para as comunidades rurais.

Finalmente, o trabalho de Cogo et al. (2023) apresenta uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular Brasileira em relação aos princípios da Política de Educação do

Campo. O estudo destaca um complexo contraponto de concepções entre os dois documentos, revelando características conservadoras e desvinculadas das práticas sociais na BNCC. Essa análise reforça a importância de uma abordagem crítica da BNCC para garantir a efetividade dos princípios da Educação do Campo na educação brasileira.

Relacionando todas essas publicações, podemos perceber que a Educação do Campo enfrenta desafios significativos em termos de garantia de direitos educacionais para a população camponesa. Ainda há lacunas e discussões empobrecidas em determinadas áreas, como o ensino de ciências e a abordagem da Educação Ambiental no contexto rural. A articulação com os movimentos sociais e a compreensão das demandas específicas dessas comunidades são fundamentais para uma Educação do Campo que seja realmente transformadora e libertadora. Além disso, a análise crítica da BNCC é essencial para garantir a coesão entre os princípios da Política de Educação do Campo e as diretrizes nacionais, evitando desvios e conservadorismos que possam comprometer a educação popular e inclusiva. Portanto, a integração dessas perspectivas pode fornecer bases sólidas para a construção de uma Educação do Campo mais efetiva e significativa no Brasil.

Os artigos selecionados foram analisados a partir dos eixos temáticos, concepções de educação do campo, políticas públicas para a educação do campo e as práticas educativas na educação do campo. Os estudos discutem as diferentes concepções de educação do campo, destacando a perspectiva da educação como direito, a perspectiva da educação emancipadora e a perspectiva da educação intercultural. Tais estudos também analisam as políticas públicas para a educação do campo, destacando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa Escola Ativa e o Programa Nacional de Educação na Diversidade e na Cidadania (Projovem Campo). Apresentam ainda, relatos de experiências e práticas educativas na educação do campo, destacando a importância da contextualização, da participação e da interculturalidade.

Os artigos analisados destacam a existência de diferentes concepções de educação do campo, que podem ser agrupadas em três grandes eixos: Educação como direito, Educação Emancipadora e Educação Intercultural.

A concepção educação como direito entende que a educação é um direito fundamental de todas as pessoas, independentemente de sua origem social ou geográfica. A educação do campo, portanto, deve garantir o acesso e a permanência dos estudantes do campo na escola, com qualidade.

A educação emancipadora preconiza que a educação deve contribuir para a emancipação dos sujeitos, capacitando-os para a transformação social. A educação do campo, portanto, deve

promover a formação crítica e reflexiva dos estudantes, para que possam compreender e enfrentar as desigualdades e as injustiças sociais.

Por fim, a educação intercultural afirma que a educação deve respeitar e valorizar a diversidade cultural dos povos e comunidades do campo. A educação do campo, portanto, deve promover o diálogo entre diferentes culturas e saberes, para que os estudantes possam construir sua identidade e sua autonomia.

Os artigos analisados destacam a importância das políticas públicas para a garantia do direito à educação de qualidade no campo. No Brasil, as principais políticas públicas para a educação do campo são:

- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): o Pronera é um programa federal de educação superior, que oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão para estudantes do campo.
- Programa Escola Ativa: o Programa Escola Ativa é um programa federal de educação básica, que tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino nas escolas do campo.
- Programa Nacional de Educação na Diversidade e na Cidadania (Projovem Campo): o Projovem Campo é um programa federal de educação básica, que tem como objetivo promover a inclusão social de jovens do campo.

Ao considerar as práticas educativas na educação do campo, os artigos apresentam relatos de experiências e práticas educativas na educação do campo, que destacam a importância da contextualização, da participação e da interculturalidade.

A contextualização refere-se à necessidade de que o ensino e a aprendizagem sejam adaptados à realidade dos estudantes do campo. A participação refere-se à importância da participação dos estudantes e da comunidade na gestão da escola. A interculturalidade refere-se à necessidade de valorizar e respeitar a diversidade cultural dos estudantes do campo.

A revisão de literatura realizada evidenciou que a educação do campo é um campo de conhecimento e de prática em constante movimento. As pesquisas e as experiências educativas no campo têm contribuído para a construção de uma educação que seja mais justa, inclusiva e emancipadora.

A última etapa desta revisão narrativa considerou os descritores Educação Ambiental e Educação do Campo interseccionados a fim de acessar o ponto fulcral da pesquisa em evidência. Assim, para atingir o objetivo desta pesquisa, o pesquisador prosseguiu com o seguinte protocolo:

1) formulação e identificação da questão de pesquisa a fim de garantir a definição dos intentos na coleta de dados;

- 2) escolha dos critérios de inclusão e exclusão;
- 3) seleção e acesso à literatura;
- 4) avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão, visando o valor das informações contidas nos artigos;
- 5) análise, síntese e divulgação dos resultados, com a síntese dos resultados e suas implicações para a pesquisa e prática (Cronin *et al*, 2008).

Os critérios de inclusão estabelecidos foram artigos nacionais publicados em português entre 2018 e 2023, disponíveis na íntegra e gratuitamente, e versando sobre o tema proposto. Os critérios de exclusão foram: estudos que careciam de uma estrutura metodológica rígida e não diziam respeito ao objeto do estudo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no período de julho de 2023 por meio de acesso virtual às seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Portal de periódicos CAPES e Scielo.

A análise e organização dos estudos selecionados foi feita de forma descritiva usando um instrumento de coleta de dados com as seguintes informações: nome, ano, autor, tipo de trabalho, departamento, programa de pesquisa, cidade/estado, público-alvo, nível educacional, estratégia educacional, descrição dos principais resultados e conclusões dos autores sobre a intervenção implementada.

Na última etapa da revisão de literatura, os descritores utilizados foram: Educação ambiental and Educação no campo em intersecção para o qual foram localizadas 1047 publicações. A primeira seleção teve como objetivo identificar e excluir casos de artigos publicados em português e entre os anos de 2018 e 2023, de modo que restaram 31 publicações. Em seguida, ocorreu a leitura pelos títulos, o que resultou em 20 publicações. Após a leitura dos resumos, foram excluídos 8 que não abordavam o tema compatível ao pesquisado. Restaram 12 artigos, que foram lidos na íntegra e, posteriormente, houve a exclusão daqueles que não atendiam ao objetivo.

O estudo foi finalizado com a inclusão de 8 artigos (vide quadro 5), o que evidenciou a escassez de artigos que abordem a temática combinada entre Educação Ambiental e Educação no Campo.

Esta lacuna na literatura ressalta a importância de promover pesquisas interdisciplinares que explorem essa conexão crucial entre educação ambiental e contextos rurais. Além disso, sugere a necessidade de maior atenção por parte da comunidade acadêmica e das políticas educacionais para desenvolver abordagens pedagógicas específicas e recursos didáticos voltados para a educação ambiental nas escolas do campo, a fim de enriquecer a formação dos estudantes e capacitá-los a lidar com os desafios ambientais contemporâneos de forma mais

eficaz. Essa integração pode contribuir significativamente para a construção de sociedades mais sustentáveis e conscientes do meio ambiente, especialmente nas áreas rurais onde a relação entre comunidade e ambiente é muitas vezes mais direta e vital.

Quadro 3 – Resultado da Revisão de literatura - Educação Ambiental em intersecção com a Educação no Campo.

Periódico	Título	Autores	Objetivo/Intervenção
Ambiente & Educação	Educação ambiental, educação do campo e ambientalização escolar: diálogos entre diversas paisagens escolares	SAMMARCO, Yanina Micaela; RODRIGUEZ, Ivan Borroto; FOPPA, Carina Catiana (2020).	A educação como oportunidade de aproximar os diversos campos dos conhecimentos, saberes e vivências como a ambientalização escolar e a educação do campo.
Revista Brasileira De Educação Do Campo	A construção de um formigueiro artificial como proposta de Educação Ambiental para a Educação do Campo.	DE ALMEIDA BARBOSA, Renan et al (2019).	Aborda uma experiência pedagógica no campo das Ciências da Natureza, na qual foi executada uma oficina para construção de um modelo didático com vistas a abordar conceitos, atitudes e valores pertinentes ao propósito da Educação Ambiental no contexto da Educação do Campo.
Ambiente & Educação	A relação da Educação Ambiental com a Educação do Campo: aspectos identificados a partir de publicações em periódicos de Educação Ambiental.	DANTAS, Jonielton Oliveira; SOARES, Maria José Nascimento; DOS SANTOS, Marília Barbosa (2022)	Analisar e categorizar a relação entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo considerando as modalidades de educação e as dimensões epistemológica e prática das abordagens.
Conjecturas	Formação de professor e a educação do campo: reflexões sobre educação ambiental.	PANTOJA, Marcielen Oliveira et al. (2022)	O artigo discute a importância da formação de professores para a educação ambiental na escola do campo.
Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências	O Desafio da Educação Ambiental Crítica na Educação e no Trabalho do Campo	COELHO, Fernanda Tesch et al. O Desafio da Educação Ambiental Crítica na Educação e no Trabalho do Campo. (2021)	O artigo discute a relação estabelecida entre a lógica da agroecologia, orientada pela Educação do Campo, ligada à consciência ambiental versus a realidade vivenciada pelos camponeses frente ao modelo agrícola industrial.
Revista Brasileira de Educação Ambiental.	Educação ambiental na escola do campo: experiências e desafios	UHDE, Eliane Marili et al. Práticas de Educação Ambiental em uma escola de campo (2021)	O artigo relata experiências de Educação Ambiental em uma escola de campo da rede estadual, dinamizadas por meio da práxis que vincula o cotidiano das pessoas às questões socioambientais e, desta forma, fortalece os vínculos com a comunidade escolar. Além disso, propõe-se a refletir sobre o alcance de práticas

			convencionais comumente adotadas na Educação Ambiental.
Revista Eletrônica de Educação do Campo.	Educação ambiental e educação do campo: interseções e travessias	MENDES, Augusto César Cardoso; DO NASCIMENTO BORBA, Rodrigo Cerqueira; DE LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares (2021).	O artigo analisa as interseções e as travessias entre educação ambiental e educação do campo, destacando a importância de uma abordagem crítica e transformadora.
Revista Interdisciplinar SULEAR	Educação do campo, educação ambiental e movimentos sociais: interseções e atravessamentos em debate	MENDES, Augusto César Cardoso; DO NASCIMENTO BORBA, Rodrigo Cerqueira; DE LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares (2021)	O artigo apresentar e discutir interfaces entre questões da Educação do Campo e da Educação Ambienta

Elaborado pelo autor.

A análise e discussão dos resultados da revisão bibliográfica sobre Educação Ambiental e Educação do Campo demonstram a importância de abordagens interdisciplinares e contextuais para uma educação significativa e transformadora nas áreas rurais. A coesão entre essas duas vertentes educacionais é fundamental para promover a conscientização e a valorização dos recursos naturais presentes no ambiente rural, capacitando as comunidades do campo a tomar decisões mais conscientes e sustentáveis em relação à agricultura, pecuária, manejo florestal e outras atividades que compõem seu modo de vida. Além disso, a interligação entre a educação ambiental e a educação do campo contribui para a preservação dos ecossistemas rurais, a promoção da justiça social e o fortalecimento da identidade cultural das populações rurais, fomentando um desenvolvimento rural mais equitativo e resiliente.

O estudo de Sammarco et al. (2020) destaca a ambientalização escolar como um caminho metodológico para trabalhar a dimensão socioambiental nas escolas do campo. Através da interdisciplinaridade e interculturalidade, a ambientalização pode fortalecer escolas vivas, sistêmicas e socioambientais, possibilitando a construção de territórios sustentáveis e a transformação das paisagens escolares.

O estudo de Mora et al. (2020) destaca a importância de integrar os conteúdos de Educação Ambiental com os preceitos da Educação do Campo para despertar o sentido de pertencimento dos sujeitos rurais.

A promoção da educação de forma contextualizada e significativa pode contribuir para a transformação da sociedade e melhorar a qualidade de vida no campo. A abordagem

transdisciplinar dos conteúdos pode ajudar a desenvolver a criticidade dos estudantes e de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

O estudo de De Almeida Barbosa et al. (2019) enfatiza uma experiência pedagógica na construção de um modelo didático para a Educação Ambiental no contexto da Educação do Campo. Tal modelo, possibilita a aprendizagem de conceitos e valores relacionados ao cooperativismo, promovendo a contextualização dos conhecimentos científicos com o cotidiano dos alunos. Essas práticas educativas são fundamentais para contemplar a riqueza das relações sociais e as potencialidades da natureza na educação rural.

O estudo de Dantas et al. (2020) revela que a relação entre Educação Ambiental e Educação do Campo ainda ocorre de forma pragmática, reducionista e acrítica, o que representa um obstáculo para uma maior interação entre os campos. A falta de uma abordagem mais integrada pode prejudicar o processo educativo e a compreensão da dinâmica socioambiental no meio rural. Uma abordagem mais crítica e reflexiva pode auxiliar na construção de um processo educativo mais eficaz e contextualizado.

O estudo de Pantoja et al. (2022) destaca a importância da formação de professores e a abordagem da Educação Ambiental no contexto escolar e rural. A escola é vista como um ambiente essencial para a inserção de práticas educacionais relacionadas ao meio ambiente, e a formação profissional é fundamental para a promoção de um ensino-aprendizagem eficaz. A inserção de disciplinas de Educação Ambiental e a formação continuada dos professores podem enriquecer a discussão sobre a importância da conscientização e valorização do meio ambiente na educação rural.

O estudo conduzido por Coelho et al. (2021) trouxe à tona resultados relevantes no contexto da Educação do Campo e sua relação com a Educação Ambiental. Os pesquisadores constataram que a Agroecologia desempenha um papel crucial na abordagem complexa da EA, integrando-a de forma eficaz no currículo e na prática docente. Isso se alinha com os princípios da agroecologia e tem como objetivo valorizar os agricultores, conscientizando-os de seu papel como agentes de transformação e resistência.

No entanto, os resultados da pesquisa também revelaram uma discrepância entre a abordagem da EA na escola e as práticas agrícolas reais dos estudantes e egressos. Muitos deles continuaram adotando métodos agrícolas convencionais, como monocultivos de café e pimentado-reino, juntamente com o uso de agrotóxicos. Isso demonstra a persistência de desafios na transição para padrões de produção mais sustentáveis, devido a obstáculos político-institucionais que perpetuam relações de poder na sociedade.

O estudo de Marili Uhde et al (2021) revela que as práticas de Educação Ambiental desempenham um papel importante na ajuda à comunidade para compreender que a educação pode ser um espaço fundamental para a construção de conhecimento sobre a interação entre seres humanos, sociedade e natureza. Essas práticas também têm o potencial de criar as condições necessárias para estabelecer novas relações.

É relevante observar que, frequentemente, as iniciativas de Educação Ambiental nas escolas do campo não se distanciam substancialmente do paradigma da educação conservadora, conforme delineado por Loureiro (2003).

Isso destaca a necessidade premente de reavaliar abordagens pedagógicas e estratégias educacionais para garantir que a Educação Ambiental nas áreas rurais seja verdadeiramente transformadora e engajadora, capaz de empoderar os estudantes a desempenhar um papel ativo na preservação e no desenvolvimento sustentável de suas comunidades e ambientes naturais.

Por fim, os estudos realizados pelos autores Augusto César Cardoso Mendes, Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba e Maria Jacqueline Girão Soares de Lima (2021) destacam a importância das interseções entre a educação do campo e a educação ambiental, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora. Eles também exploram como essas áreas se conectam com os movimentos sociais, apontando para oportunidades de colaboração para promover mudanças positivas nas comunidades rurais e no meio ambiente.

Relacionando todas essas publicações fica evidente a importância de abordagens interdisciplinares, contextuais e críticas na Educação Ambiental e na Educação do Campo. A integração dessas perspectivas pode fortalecer a educação nas áreas rurais, tornando-a mais significativa e transformadora.

A ambientalização escolar e a interdisciplinaridade podem contribuir para a formação de uma consciência socioambiental nos estudantes e para o desenvolvimento de territórios sustentáveis.

A valorização dos saberes do campo e a formação dos professores são fundamentais para a promoção de um ensino-aprendizagem contextualizado e efetivo nas comunidades rurais. Contudo, ainda há desafios a serem superados, como a falta de integração entre os campos da Educação Ambiental e da Educação do Campo, e a necessidade de uma abordagem mais crítica e reflexiva para promover a compreensão da dinâmica socioambiental nas áreas rurais. Ao integrar essas perspectivas, é possível avançar em direção a uma educação mais inclusiva, contextualizada e transformadora nas regiões rurais do Brasil, promovendo uma relação harmoniosa entre comunidades e seus ecossistemas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental e a Educação do Campo são campos epistemológicos que se atravessam e se encontram na educação escolar. Muitos são os desafios enfrentados no ensino de educação ambiental nas escolas do campo e grande parte deles perpassam pela fragilidade do currículo escolar, pela ausência de formação docente e pela limitação do Projeto Político Pedagógico no que tange a educação ambiental. Em contrapartida, a possibilidade da integração entre a educação ambiental e a educação do campo, desponta como forte perspectiva ao ensino de Educação Ambiental escolar.

A Educação Ambiental e a Educação do Campo encaram desafios consideráveis no cenário educacional atual. Ao longo desta pesquisa, foram identificadas algumas das principais questões que impactam essas áreas, como a falta de alinhamento do currículo com as práticas de Educação Ambiental nas escolas rurais, as limitações nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições do campo no que diz respeito à Educação Ambiental e a carência de uma formação integral para os professores que atuam nesses contextos.

No que diz respeito à Educação Ambiental, constatamos que muitas escolas do campo ainda enfrentam dificuldades para incluir práticas e conteúdos relacionados à temática ambiental em seu currículo.

A falta de materiais didáticos adequados, a ausência de espaços adequados para a realização de atividades práticas, bem como a falta de capacitação dos professores, são desafios que precisam ser enfrentados. Além disso, a limitação nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas do campo no que se refere à Educação Ambiental representa um entrave para a implementação de práticas educativas que valorizem a relação harmoniosa com o meio ambiente.

Neste contexto, a introdução do ensino de agroecologia surge como uma excelente oportunidade para aprimorar as abordagens pedagógicas na Educação Ambiental no ambiente educacional rural. A agroecologia representa uma perspectiva que enfatiza a sustentabilidade, a diversidade e a participação da comunidade, promovendo assim uma relação mais equilibrada e consciente com o meio ambiente. Ao incorporar o ensino de agroecologia nas escolas rurais, os estudantes têm a chance de aprender sobre práticas agrícolas sustentáveis, preservação dos recursos naturais e respeito à biodiversidade, ao mesmo tempo em que fortalecem sua identidade cultural e valorizam as tradições do campo.

É importante destacar que a formação integral dos professores de escolas do campo é um elemento-chave para enfrentar esses desafios. Os educadores precisam receber capacitação

específica em Educação Ambiental, com ênfase nas particularidades do contexto rural e nas práticas agroecológicas. Investir na formação dos professores, promovendo cursos, workshops e espaços de troca de experiências, é fundamental para que eles estejam preparados para abordar de maneira adequada as questões ambientais no contexto educacional do campo.

Em síntese, a Educação Ambiental nas escolas rurais apresenta desafios, mas também abre portas para o progresso.

A introdução do ensino de agroecologia nas abordagens educacionais pode desempenhar um papel essencial na promoção de uma Educação Ambiental mais alinhada com o contexto e mais relevante. Para alcançar esse objetivo, é essencial investir na formação integral dos professores e na adaptação dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas do campo, a fim de garantir uma abordagem educacional que valorize a harmonia com o meio ambiente e fortaleça a identidade e a cultura das comunidades do campo.

Além disso, é fundamental promover uma abordagem interdisciplinar no ensino de agroecologia, integrando diferentes áreas do conhecimento, como ciências naturais, ciências sociais e humanas, de forma a ampliar a compreensão dos estudantes sobre as complexidades e inter-relações entre o meio ambiente, a agricultura e a sociedade.

Assim sendo, os estudantes poderão desenvolver uma visão crítica e reflexiva, adquirindo habilidades e conhecimentos que os capacitem a tomar decisões conscientes e responsáveis em relação ao uso dos recursos naturais, à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais..

A Educação Ambiental no contexto da Educação do Campo, por meio do ensino de agroecologia, tem o potencial de contribuir para a formação de cidadãos ativos, comprometidos com a transformação social e capazes de promover mudanças positivas em suas realidades e no meio ambiente em que estão inseridos.

Somente assim poderemos caminhar em direção a uma educação mais sustentável, inclusiva e transformadora para as gerações presentes e futuras, contribuindo para a construção de sociedades conscientes e comprometidas com a preservação do meio ambiente e o bem-estar das comunidades rurais. Essa abordagem holística da Educação Ambiental no contexto rural não apenas fortalecerá a relação entre as pessoas e seus ambientes naturais, mas também promoverá um profundo senso de responsabilidade e cidadania ambiental, essencial para enfrentar os desafios globais que enfrentamos atualmente.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel Angel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.
- ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. p 53.
- ALVES, Luciano Eduardo., MELO, Maria do Carmo, & SANTOS, Lucia Cristina (2017). **Educação do campo: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez.
- ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 5º edição. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel Gonzales e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo: por uma educação básica do campo**. Brasília: MST/Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2011.
- BAHIA. Secretaria da Educação Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE Nº 103, de 28 de setembro de sobre a oferta da Educação do Campo 2015. Dispõe, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. Salvador, 20 de mai. de 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3eJukcY>. Acesso em 03 mai. 2022.
- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 51-82, 2011.
- BARBOSA, Giovani.; DE OLIVEIRA, Caroline Terra. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 323–335, 2020. DOI: 10.14295/remea.v37i1.11000. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11000>
- BICALHO, Ramofly **Interfaces da educação do campo e movimentos sociais: possibilidades de formação**. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 43, p. 81-100, 2018.
- BRASIL, Lei. 9394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 31, 1996. BRASIL. Panorama da Educação do Campo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2007.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB 36/2001 - **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB 1/2002 - **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. MEC: Brasília - DF, 2002.
- BRITO, Eduardo Alves (2019). **Educação do campo: desafios e perspectivas**. **Educação e Sociedade**, 40(157), 135-154.
- CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). Por uma educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por Uma Educação do Campo, 2002

- CALDART, Roseli Salete. Elementos para a Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos temáticos: educação do campo** /Curitiba: SEED-PR, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. **Sobre a educação do campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília, DF: INCRA - MDA, 2008.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**, p. 51-63, 2005.
- COELHO, Fernanda Tesch et al. O Desafio da Educação Ambiental Crítica na Educação e no Trabalho do Campo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e26177-28, 2021.
- COGO, Taisson Pedrozo et al. Educação do Campo: uma análise crítica sobre a representação da modalidade na BNCC brasileira em tempos de neoliberalismo. **Revista Educación**, Política y Sociedad, v. 8, n. 2, p. 121-155, 2
- CRONIN, Phillipe., Ryan, F., & Coughlan, M. (2008). Undertaking a Literature Review. *British Journal of Nursing*, 17 (1), 38–43. <https://doi.org/10.1177/107808747000500401>.
- CRUZ, Ynaiara Kristine S., PORTO, Maia Salete., & SOUZA, Eliane Maria (2021). Educação Ambiental Crítica na Formação Inicial e Continuada de Professores: Uma Revisão Sistemática de Literatura. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista - ENCITEC**, 20(2), 1-24.023.
- DA COSTA TAVARES, Nayara Ricele; DE NOVAIS, Jaílson Santos. “Você já estudou sobre aquecimento global na escola?": contrapontos de estudantes amazônidas do campo e da cidade. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 4, n. 2, 2021.
- DANTAS, Jonielton Oliveira; SOARES, Maria José Nascimento; DOS SANTOS, Marília Barbosa. A relação da Educação Ambiental com a Educação do Campo: aspectos identificados a partir de publicações em periódicos de Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 448-480, 2020.
- DE ABREU SANTOS, Jaklane; DE OLIVEIRA, Iara Terra. Um olhar sobre as pesquisas do campo da Educação Ambiental no ensino fundamental (anos iniciais) nos últimos 10 anos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 18, n. 4, p. 321-343, 2023.
- DE ALMEIDA BARBOSA, Renan et al. A construção de um formigueiro artificial como proposta de Educação Ambiental para a Educação do Campo. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, v. 4, p. e5739-e5739, 2019.
- DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina. A pesquisa em educação ambiental: perspectivas e enfrentamentos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, p. 39-50, 2020.
- DE SOUZA, Wandelely Alves, DE SOUZA, GILSON Oliveira., & DE SOUSA, Maria Eliane (2021). Revisão de literatura como abordagem metodológica em pesquisas científicas. **Revista Educação**, 46(1), 1-12.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. Curitiba, PR: SEED. Brasil. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Seção 1, p. 1

DO BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DOS SANTOS, Maria Emília (2001). **Educação ambiental no currículo escolar: desafios e perspectivas**. In: M. E. dos Santos, & S. M. F. de Almeida (Orgs.), Educação ambiental: repensando o contexto escolar e a formação de educadores (pp. 17-34). São Paulo: Cortez.

FERREIRA, Caroline Lins Ribeiro; PEREIRA, Kelci Anne; LOGAREZZI, Amadeu Montagnini. Educação ambiental dialógico-crítica e educação do campo: buscando caminhos contra hegemônicos. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 417-447, 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GADOTTI, Moacir; ROMANO, José Emílio. Autonomia da Escola: Princípios e Propostas. 5. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002- (**Guia da escola cidadã**; v. 1).

GAIA, Marília Carla de Mello. Agroecologia e Ensino de Ciências: desafios e tensões na Educação do Campo. Anais do XI ENPEC, p. 1-10, 2017.

GUIMARÃES, Ana Silva (2004). **Educação ambiental: uma perspectiva crítica para a formação de sujeitos transformadores**. In: S. M. F. de Almeida (Org.), Educação ambiental: repensando o contexto escolar e a formação de educadores (pp. 175-189). São Paulo: Cortez

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. Encontro da ANPPAS, v. 1, p. 1-15, 2002. JACOBI, P. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2007.

HERREIRO, Roberto. (2000). **Agroecologia: uma ciência do campo**. In: R. M. A. Coelho (Org.), Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável (pp. 17-34). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002.

JACOBI, Pedro. (1994). **Educação ambiental: o desafio da conscientização**. São Paulo: Cortez.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação Ambiental Transformadora**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Jaciel Oliveira. **Educação Ambiental e Educação do Campo: Diálogo Necessário**. 2020.

LOUREIRO, Benedito Luiz. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 163-184, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Rev. Brasileira de Educação Ambiental**, p.13-20, nov. 2004.

LUHMANN, Niklas. *Ecological communication*. University of Chicago Press, 1989.

MÉLIGA, Laura Luvison. **Educação infantil do campo: a educação das crianças pequenas nas proposições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2014.

MENDES, Augusto César Cardoso; DO NASCIMENTO BORBA, Rodrigo Cerqueira; DE LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares. Educação ambiental e educação do campo: interseções e travessias, 2021. **Revista Eletrônica de Educação Ambiental**.

MOLINA, Mônica Castagna; DE JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. *Por Uma, Educação do Campo*. 2004.

MORA, Edinei Aparecido; GOMES, Patrícia Pereira; BARBADO, Norma. Um estudo sobre a relação entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e9319109384-e9319109384, 2020.

NAÇÕES UNIDAS. (1992). **Agenda 21**: Programa 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Brasil.

NOGUEIRA, Christiano. Contribuições para a Educação Ambiental Crítica. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 18, n. 3, p. 156-171, 2023.

OLIVEIRA, Fabiane; PEREIRA, Emmanuelle; JÚNIOR, Antônio Pereira. Horta escolar, Educação Ambiental e a interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 13, n. 2, p. 10-31, 2018.

PANTOJA, Marcielen Oliveira et al. Formação de professor e a educação do campo: reflexões sobre educação ambiental. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, p. 822-837, 2022.

PORTO, Maria Salete (2016). Educação do campo e o Projeto Político-Pedagógico: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 1(1), 17-34.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Robson Rodrigues. (2021). Educação ambiental na educação do campo: perspectivas e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, 7(2), 250-271.

SAMMARCO, Yanina Micaela; RODRIGUEZ, Ivan Borroto; FOPPA, Carina Catiana. Educação ambiental, educação do campo e ambientalização escolar: diálogos entre diversas paisagens escolares. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 310-340, 2020.

SANTOS PINTO, José Maria., & GUIMARÃES, Ana Silva (2017). Educação ambiental crítica: uma perspectiva transdisciplinar para a formação de sujeitos transformadores. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 12(1), 29-44.

SAUVÉ, Lucie (2005). Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, 31(2), 237-250. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200007>

SEARA FILHO, Germano. Apontamentos de introdução à educação ambiental. **Revista Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 40-44, 1987.

SILVA, Aguinaldo Salomão. **A prática pedagógica da educação ambiental: um estudo de caso sobre o Colégio Militar de Brasília**. 2008.

SILVA, Francislene Neres Santos et al. Educação do campo e ensino de ciências no Brasil: um estado do conhecimento dos últimos dez anos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 12, n. 1, 2019.

SILVA, Maria Socorro. **As práticas pedagógicas das escolas do campo: a escola na vida e a vida como escola**. 2009. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOARES, Ana Cristina (2020). **Educação ambiental e a formação de cidadãos conscientes e engajados com a preservação do meio ambiente**. In: MARIA Lúcia Leite S. ALMEIDA, & Maria F. de Almeida (Orgs.), Educação ambiental: perspectivas atuais (pp. 13-26). São Paulo: Cortez.

SOUTO, Rosângela Alves de et al. **A viabilidade socioeconômica e ambiental das práticas agroecológicas: estudo de caso em Lagoa Seca, Paraíba**. 2011.

SOUZA SANTOS, Boaventura de Para uma ecologia de saberes: a pluralidade das ciências e a educação das gerações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 86, p. 33-66, 2009.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais; tradução Rosa L. Peralta–1ed–São Paulo: Expressão popular**, 2015.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. Annablume, 2004.

TREIN, Eunice Schilling. A educação ambiental crítica: crítica de quê? **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 43, 2022.

UHDE, Eliane Marili et al. Práticas de Educação Ambiental em uma escola de campo. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 1, p. 114-129, 2021.

UHMANN, Rosangela Inês Matos; VORPAGEL, Fernanda Seidel. Educação ambiental em foco no ensino básico. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 2, p. 53-68, 2018.

VERDERIO, Leonardo Álisson Pompermayer. O desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil: importância e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 1, p. 130-147, 2021.

ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi. Por uma educação ambiental crítica e emancipatória no meio rural. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 1, p. 79-86, 2004.

CAPÍTULO II

O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO NO DISTRITO DE VERA CRUZ, PORTO SEGURO, BAHIA

O papel do Projeto Político Pedagógico (PPP) na promoção da Educação Ambiental nas escolas públicas do campo na comunidade de Vera Cruz, Porto Seguro, Bahia.

Edson Pesca de Jesus^{1,2}<https://orcid.org/0000-0001-6637-9277>, Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto¹ <https://orcid.org/0000-0002-5711-5453>¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA) da Universidade Federal do Sul da Bahia / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. 45810-000, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

RESUMO - A educação ambiental e a educação do campo enfrentam diversos desafios em suas práticas educativas, tanto em termos conceituais quanto práticos. O artigo em destaque discute a importância da educação ambiental no contexto da educação do campo, apontando desafios e perspectivas para a implementação de práticas educativas nas escolas do campo que promovam a sustentabilidade nas comunidades locais, identificando as contribuições da E.A para o fortalecimento das identidades das pessoas do campo. A pesquisa de natureza qualitativa aborda a análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de três escolas do campo em uma comunidade rural de Porto Seguro, Bahia. Além disso, emprega a observação participante, enfatizando a participação ativa do pesquisador no contexto social das escolas, o que possibilita uma compreensão mais profunda e contextualizada dos eventos observados. Os resultados do estudo destacam a relevância do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola como uma esfera de possibilidade e garantia para o direito às aprendizagens escolares em relação à Educação Ambiental nas Escolas do Campo. No entanto, também apontam para uma limitação do PPP no que se refere às práticas pedagógicas em Educação Ambiental.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Educação do Campo, Práticas Educativas, Vera Cruz - Porto Seguro/BA, Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT - Environmental education and rural education face several challenges in their educational practices, both in conceptual and practical terms. The article discusses the importance of environmental education in the context of rural education, pointing out challenges and perspectives for the implementation of educational practices in rural schools that promote sustainability in local communities, and identifying the contributions of EE to the strengthening of the identities of rural people. The qualitative research addresses the documentary analysis of the Pedagogical Political Projects (PPP) of three rural schools in the rural community of Porto Seguro, Bahia. In addition, it employs participant observation, emphasizing the active participation of the researcher in the social context of the schools, which enables a deeper and more contextualized understanding of the events observed. The results of the study highlight the relevance of the School Political Pedagogical Project (PPP) as a sphere of possibility and guarantee for the right to school learning in relation to Environmental Education in Rural Schools. However, they also point to a limitation of the PPP with regard to pedagogical practices in Environmental Education.

Keywords: Environmental Education, Field Education, Educational Practices, Vera Cruz - Porto Seguro/BA, Political Pedagogical Project.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental tem se tornado uma área de estudo e prática cada vez mais relevante na sociedade atual, especialmente quando se considera a necessidade de promover estimular a (auto) conscientização e a conservação do meio ambiente. No contexto das escolas públicas do campo, essa importância se torna ainda mais evidente, dada a relação intrínseca entre os estudantes dessas comunidades e o ambiente natural em que vivem.

O propósito deste estudo é analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas públicas do campo, sob a perspectiva da educação ambiental, com um foco específico na comunidade de Vera Cruz, Porto Seguro, Bahia.

A escolha dessa área específica para a pesquisa se deu em virtude da crescente preocupação com a conservação ambiental, bem como a necessidade de promover práticas educativas que valorizem a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente e à cultura local.

O campo de investigação desta pesquisa compreende as instituições de ensino que atendem alunos residentes em áreas rurais do comunidade de Vera Cruz. Essas escolas enfrentam desafios específicos relacionados à implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP), à formação docente e as peculiaridades do contexto socioeconômico da comunidade em que estão inseridas. Dentre essas peculiaridades, descritas detalhadamente mais adiante, destacam-se a situação socioeconômica das famílias, a migração pendular e o aumento da violência.

O problema de pesquisa que norteia este estudo é: Como a Educação Ambiental é incorporada nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das Escolas Públicas do Campo na comunidade de Vera Cruz, em Porto Seguro, Bahia?

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de se compreender a efetividade e a relevância do PPP no contexto das escolas públicas do campo, considerando sua potencialidade na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a conservação ambiental e condições de vida da população local.

Além disso, a pesquisa busca contribuir para o aprofundamento teórico e prático da Educação Ambiental, especialmente no contexto específico da Comunidade de Vera Cruz, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas para a Educação Ambiental no contexto das Escolas do Campo, bem como garantir a qualidade de vida da comunidade pesquisada.

A escolha do local e da metodologia de pesquisa é justificada por minha vivência como membro atuante na comunidade escolar das três instituições pesquisadas. Há 17 anos, venho exercendo o papel de professor na Escola Municipal Alcides Faustino. Além disso, acompanho de perto a trajetória educacional de meus filhos, que estudam na Escola Municipal Tiradentes

e são egressos da Escola Municipal Chico Lage. Essa proximidade me proporciona um conhecimento íntimo das pessoas que compõem cada uma dessas escolas, bem como uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pela comunidade local.

A pesquisa em destaque objetivou Analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas do Campo no que concerne à Educação Ambiental, investigando suas estratégias e ações para assegurar o direito às aprendizagens escolares nesse contexto, compreender as limitações enfrentadas nas práticas pedagógicas em Educação Ambiental e, a partir disso, propor recomendações e sugestões para aprimorar o PPP, fortalecendo a abordagem da Educação Ambiental e potencializando o projeto como um campo de possibilidades para promover uma educação mais consciente e sustentável na comunidade escolar.

2 UM POUCO MAIS SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva baseada na análise de documentos. Os dados foram coletados em três escolas do campo da comunidade de Vera Cruz no município de Porto Seguro/Ba, mediante análise do Projeto Político Pedagógico de cada uma das escolas.

Com o objetivo de observar os fatos, analisar, registrar e interpretá-los, sem interferir, o método de pesquisa utilizado foi o descritivo (Andrade, 2002). Minayo (2001, p. 21), afirma que a pesquisa qualitativa se preocupa com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

A Análise Documental, conforme André e Lüdke (1986, p. 38), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. (Ludke e André, 1986).

O método de análise documental mais conhecido é o histórico, que se concentra no estudo de documentos que fazem referência a um determinado período de tempo. A análise documental pode ser utilizada para compreender os processos históricos e educativos que envolvem a história de instituições educativas (Richardson, 1999, p.230).

Para desenvolvimento desta pesquisa, foi realizada a leitura do documento da Escola, o Projeto Político Pedagógico vigente, buscando entender de que forma o PPP está articulado com o propósito de ensino na especificidade de educação ambiental. Utilizamos a pesquisa de análise documental, pois através desta podemos explorar dados complementares os quais não estão disponíveis de maneira explícita e clara nos demais modos de pesquisa, possibilitando

obter informações suprimidas em uma roda de conversas ou em reunião pedagógica. São considerados documentos " quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano" (Phillips, 1974, p. 187), deste modo a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens, não apenas pela riqueza de conteúdo, mas por apresentar fatores que viabilizem a utilização da mesma como: baixo custo, permite acesso a informações quando não há contado direto com o participante.

A utilização do documento em pesquisa proporciona ao pesquisador acrescentar a dimensão do espaço-tempo, percebendo a riqueza presente no material estudado, na compreensão dos aspectos históricos e sociais, bem como na compreensão da identidade dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais (Fontana, 2021). A pesquisa com análise documental incrementa o entendimento de objetos em que a compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, racial, sociopolítica. Segundo Figueiredo (2007, p.157), é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso.

Após a concordância dos gestores das escolas pesquisadas, mediante a apresentação do projeto de pesquisa às equipes pedagógicas de cada uma das escolas, houve a obtenção dos documentos (PPP) de cada uma das escolas pesquisadas.

As primeiras visitas às escolas aconteceram no período de 05 de junho a 13 de agosto de 2022, a fim de apresentar a proposta de pesquisa e adquirir os documentos físicos que representa o Projeto Político Pedagógico das escolas.

Foi realizada uma busca minuciosa nos documentos a fim de destacar a proposta para o ensino de Educação Ambiental, delineando os pontos e contrapontos que referenciassem os principais desafios da educação ambiental na escola do campo, bem como apontassem perspectivas para o ensino de educação ambiental no âmbito da educação do campo.

À medida que os documentos foram sendo coletados, procuramos organizá-los e sistematizá-los, visando a interpretação e a análise. Goldenberg (2004, p.173) declara que a análise dos dados se inicia após a realização da coleta, quando é o momento de organizar os dados e iniciar a análise de todo material produzido durante as etapas de pesquisa do campo. Considerando a abordagem de Gerhard e Silveira (2009, p.81), quando afirmam que o processo de análise tem como objetivo organizar os dados, de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto. Assim, realizamos essa análise considerando o conjunto dos dados coletados e os objetivos da pesquisa. Essa etapa permitiu o conhecimento do contexto histórico, social e cultural, das escolas pesquisadas, propiciando avaliar a análise de acordo com os objetivos da pesquisa. Segundo André e Lüdke (1986, p.45),

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele as tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando relações e inferências num nível da abstração mais elevado (André, Lüdke 2017, p. 45).

A análise de conteúdo é um método amplamente utilizado na pesquisa qualitativa, sendo aplicado para compreender e interpretar os temas e significados presentes nos dados coletados. Conforme destacado por Bardin (1977, p.30), “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visando identificar regularidades e padrões” (Bardin, 1977).

Esse método é especialmente adequado quando se busca compreender o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola, pois possibilita identificar categorias, subcategorias e unidades de análise que revelam as intenções, as práticas e as implicações do PPP na prática educativa da instituição. Através da análise de conteúdo, é possível compreender as perspectivas, os valores e as tendências presentes no PPP, contribuindo para uma reflexão crítica sobre o documento e suas implicações na promoção de uma educação de qualidade.

Os documentos foram vistos destacando-se e separando-se os trechos a serem analisados e comparados na etapa seguinte, procurando extrair de cada documento aspectos mais diretamente relacionados às questões de pesquisa. Assim sendo, assinalamos informações e dados referentes a proposta pedagógica de cada escola, a conformidade dos PPP à política de educação do campo, as diretrizes formuladas para o ensino de educação ambiental, bem como metas e objetivos de ensino das referidas escolas do campo.

O tratamento dos dados consistiu na sistematização e no levantamento dos principais eixos de análise a partir dos indicadores extraídos do conjunto dos dados – coletados a partir dos instrumentos utilizados na interpretação e análise, em diálogo com o referencial teórico escolhido; o intuito era obter uma visão ampla da realidade, de modo a entender como são constituídas e desenvolvidas as relações e ações propostas pelos Projetos Político-Pedagógicos das escolas Alcides Fasutino, Chico Lage e Tiradentes, no que tange a Educação Ambiental.

3 A IMPORTÂNCIA DO PPP NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO CAMPO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento norteador que estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e ações que orientam o processo educativo de uma instituição

escolar (Viçosa et al., 2017). Ele é elaborado de forma participativa, envolvendo gestores, professores, alunos e comunidade escolar, e busca definir a identidade da escola, suas propostas pedagógicas e ações para garantir uma educação de qualidade (Fernandes; Pereira, 2014).

O PPP escolar é constituído considerando o contexto de possibilidades históricas e culturais, e sua estabilidade e continuidade estão vinculadas à habilidade de definir a realidade de forma convincente e coerente para garantir eficácia política e simbólica (Velho, 1981).

De acordo com pesquisadores, como Frigotto (1994), Pimenta (2002), Soares (2000), Veiga (2000) e Velho (1981), destaca-se a relevância da participação ativa do docente na elaboração e execução do PPP, visto que esse processo possibilita a solução de problemas e a construção de conhecimentos fundamentados em concepções teóricas sólidas, além de fomentar o aperfeiçoamento e formação dos envolvidos, tornando-se um instrumento crucial para ação e transformação pedagógica.

Para Veiga (2000), o PPP busca promover a integração entre teoria e prática, pautando-se no princípio do trabalho coletivo e solidário para desenvolver atitudes de cooperação e reciprocidade. Considerando a conjuntura renovada da sociedade global e as novas demandas socioambientais, é essencial que a construção do PPP, enquanto instrumento balizador das práticas educativas, demande um novo perfil de educação escolar, ancorado em práticas pedagógicas capazes de promover a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade em que vivem.

No caso das Escolas Públicas do Campo, o PPP desempenha um papel crucial, pois busca contemplar as particularidades e demandas das comunidades rurais. Ele deve refletir a identidade da escola e considerar aspectos como a realidade local, os saberes tradicionais, a sustentabilidade ambiental, a valorização da cultura e da identidade das comunidades do campo (Carvalho, 2016).

Ao incluir a Educação Ambiental como uma temática transversal no currículo, as escolas públicas do campo demonstram um compromisso com a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. A Educação Ambiental presente no PPP permite o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à compreensão dos problemas ambientais, à conservação dos recursos naturais, à promoção da sustentabilidade e à participação ativa na resolução dos desafios ambientais.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a transversalidade é uma abordagem que busca a integração de diferentes conteúdos e temas, como a Educação Ambiental, no currículo escolar, proporcionando uma aprendizagem significativa e contextualizada. Essa inclusão transversal possibilita que os alunos compreendam a importância da relação entre os

diversos aspectos da vida, como o meio ambiente, a sociedade e a economia, contribuindo para uma visão mais holística e abrangente da realidade (Soares; De Cássia Frenedo, 2019).

No processo de construção do PPP, é essencial que haja uma reflexão coletiva sobre a realidade da escola e da comunidade, considerando as necessidades, os interesses e as expectativas dos diferentes atores envolvidos. É importante que o PPP seja um documento dinâmico, passível de revisão e atualização periódica, para que possa acompanhar as transformações sociais, culturais e ambientais (Toquetão, 2018).

Além disso, o PPP deve estabelecer metas e estratégias claras para a promoção da Educação Ambiental nas práticas pedagógicas da escola, pois a inclusão dessa temática transversal no currículo é fundamental para que os estudantes adquiram uma consciência ambiental e se tornem agentes de mudança em suas comunidades. Conforme Soares e de Cássia Frenedo (2019, p. 207), "A Educação Ambiental presente no PPP permite o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à compreensão dos problemas ambientais, à conservação dos recursos naturais, à promoção da sustentabilidade e à participação ativa na resolução dos desafios ambientais" (Soares; Frenedo, 2019).

Conforme a Declaração de Tbilisi sobre Educação Ambiental (1977, p. 1),

Integrar a Educação Ambiental em todas as disciplinas e atividades escolares proporciona uma visão holística e interdisciplinar das questões ambientais, capacitando os estudantes a compreender a relação entre os conhecimentos adquiridos e os desafios ambientais que enfrentam em seu entorno. Com metas e estratégias bem definidas, a escola pode direcionar ações concretas para a conscientização e mudança de comportamento, preparando os alunos para se tornarem cidadãos responsáveis e engajados na construção de um futuro sustentável (Unesco, 1977).

A Educação Ambiental não se restringe apenas a aulas específicas sobre meio ambiente, mas sim permeia todas as disciplinas e atividades escolares, proporcionando uma visão integrada e interdisciplinar das questões ambientais (Unesco, 1977).

Ao incorporar a Educação Ambiental de maneira transversal no PPP, os estudantes têm a chance de perceber a interconexão entre os saberes adquiridos em diversas disciplinas e como esses se entrelaçam com as questões ambientais presentes em seu ambiente local (Ministério da Educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 2001).

Isso permite que desenvolvam habilidades críticas e reflexivas para analisar os impactos das ações humanas no meio ambiente e adotar práticas sustentáveis em suas vidas cotidianas.

A Educação Ambiental precisa ser vivenciada por todos os membros da escola, para que se torne uma prática verdadeiramente integrada ao cotidiano educacional e contribua para uma mudança de cultura em relação ao meio ambiente (Sato, 2010). É importante o envolvimento

de toda a comunidade escolar no processo de ensino aprendizagem, incluindo professores, funcionários, gestores, alunos e suas famílias.

Nas Escolas Públicas do Campo, a Educação Ambiental desempenha um papel relevante ao proporcionar aos estudantes uma compreensão crítica dos desafios e impactos ambientais enfrentados pelas comunidades rurais. Ela valoriza os saberes locais, promove ações práticas de conservação e estimula a participação ativa dos alunos na resolução de problemas ambientais (Buczenko et al., 2017).

A Educação do Campo é uma área de estudos e práticas que visa valorizar e fortalecer a educação nas áreas rurais, reconhecendo suas particularidades e necessidades (Campo, 2004). Essa modalidade de ensino tem como objetivo superar as desigualdades educacionais e promover uma educação inclusiva e contextualizada, adaptada às realidades das comunidades rurais.

A Educação do Campo deve ser compreendida como um conceito que vai além da localização geográfica das escolas. Ela engloba a valorização dos saberes e práticas locais, a promoção da identidade cultural, o respeito às tradições e modos de vida das comunidades rurais, bem como a inserção da Educação Ambiental como um elemento fundamental na formação dos estudantes (De Lucena Córdulo et al., 2018), de forma contextualizada, voltada para a formação integral dos estudantes do campo (Santos, 2017).

A educação do campo e a educação ambiental representam duas modalidades de ensino que podem estabelecer uma complementaridade de grande relevância. A educação do campo tem como finalidade principal fomentar a formação completa das pessoas que habitam essas áreas, levando em conta as suas particularidades culturais, sociais e econômicas, como apontado por Santos (2016). A educação ambiental, por sua vez, tem como objetivo promover a formação de uma consciência ambiental crítica, capaz de identificar e enfrentar os problemas socioambientais (Nascimento, 2021).

A interconexão entre essas duas modalidades de ensino pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação mais integral e transformadora (Loureiro, 2009). A educação do campo pode proporcionar aos estudantes uma educação ambiental contextualizada, que leve em consideração o seu dia a dia e os desafios que eles enfrentam no campo (Guimarães, 2009). A educação ambiental, por sua vez, pode contribuir para a valorização da cultura e dos saberes do campo, bem como para o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

A Educação do Campo deve ser compreendida como um conceito que vai além da localização geográfica das escolas. Ela engloba a valorização dos saberes e práticas locais, a promoção da identidade cultural, o respeito às tradições e modos de vida das comunidades

rurais, bem como a inserção da Educação Ambiental como um elemento fundamental na formação dos estudantes (De Lucena Córdulo et al., 2018).

4 ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO DE VERA CRUZ, PORTO SEGURO, BAHIA.

O estudo foi desenvolvido em três escolas públicas municipais do campo na comunidade de Vera Cruz no município de Porto Seguro (BA) que atendem juntas cerca de 800 crianças na faixa etária de 4 a 14 anos, matriculadas nos segmentos Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. Situadas em uma comunidade rural do município, as escolas fazem parte do Núcleo da Educação do campo sendo caracterizadas como Escolas do campo. As referidas escolas estão inseridas em área considerada rural, estabelecida entre uma rodovia federal, fazendas (gado de corte, café e eucalipto) e assentamentos agrários da microrregião Porto Seguro. às margens da rodovia federal BR 367, que liga Santa Cruz Cabrália no litoral Sul da Bahia à Gouveia, região central de Minas gerais. Todavia, em sua vizinhança prevalecem fazendas, plantio de eucalipto, casas residenciais e uma das rodovias mais movimentadas da região.

4.1 A Comunidade de Vera Cruz

Geograficamente, a comunidade de Vera Cruz encontra-se numa posição intermediária entre os municípios de Eunápolis e Porto Seguro, fazendo parte do território do município de Porto Seguro, no estado da Bahia. Sua localização é marcada por uma distância de aproximadamente 40 km em relação à Porto Seguro, e 22 km em relação a Eunápolis, o que o coloca em uma posição estratégica na região. Essa proximidade com os dois centros urbanos vizinhos contribui para a dinâmica e acessibilidade da comunidade de Vera Cruz, bem como para suas interações culturais e econômicas com a região circundante.

Escola, ou PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) ou BPC (Benefício de Prestação Continuada).

A comunidade de Vera Cruz tem uma natureza essencialmente rural e desempenha um papel fundamental na base agrícola de Porto Seguro. No últimos anos nota-se um crescimento significativo do agronegócio que se dedica à produção de gado, café e eucalipto. Nos arredores, encontramos diversos assentamentos agrícolas organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que se dedicam à agricultura familiar, produzindo feijão, milho, hortaliças, verduras, mandioca e seus derivados.

A população de Vera Cruz é notavelmente diversificada, composta por indivíduos de diferentes etnias, incluindo pardos, pretos e brancos, provenientes de diversos estados e regiões do país. Um exemplo notório dessa diversidade é a presença dos capixabas que migraram para a região, atraídos pelas oportunidades de lucrar com a extração de madeira. Vera Cruz abrigava três grandes serrarias e uma carvoaria, as quais proporcionavam empregos para os membros da comunidade local. No entanto, essas atividades industriais também desempenharam um papel significativo na degradação ambiental da Mata Atlântica local.

Figura 3 – Praça matriz de Vera Cruz



Fonte: rede social Administração de Vera Cruz

Figura 4 – Área de uso comunitário



Fonte: rede social administração de Vera Cruz

4.2 Escola Municipal Alcides Faustino Santos

A Escola Alcides Faustino Santos é uma escola pública municipal, cujo nome presta homenagem póstuma a Alcides Faustino dos Santos, patrono da escola, um dos primeiros funcionários públicos da comunidade.

As informações que compartilho a seguir foram gentilmente fornecidas pelos familiares de Alcides Faustino e estão registradas no corpo do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Alcides Faustino.

Natural de Ubatã, Bahia Alcides Faustino serviu como soldado no Exército, estacionado em Ilhéus, Bahia. Após decidir deixar a carreira militar em 1965, mudou-se para Vera Cruz, onde estabeleceu residência. Na nova comunidade, Alcides Faustino ingressou na polícia local, onde se destacou em várias funções. Sua dedicação e habilidades foram reconhecidas quando foi nomeado Administrador Municipal de Vera Cruz em 1976. Ele permaneceu à frente da administração local por muitos anos, lutando incansavelmente por benefícios que contribuiriam significativamente para o desenvolvimento da comunidade de Vera Cruz.

Em virtude dos serviços relevantes prestados à comunidade local, a Câmara de Vereadores de Porto Seguro aprovou o projeto, de autoria do Vereador Querubim Fortunato das Virgens, que propôs o nome de Alcides Faustino dos Santos como patrono da escola. A inauguração da escola ocorreu em dezembro de 1992, situada na Avenida Porto Seguro s/nº, no

povoado de Vera Cruz, no Município de Porto Seguro, Bahia, durante a gestão do Prefeito Ubaldino Alves Pinto.

De acordo com dados obtidos a partir do PPP (Projeto Político Pedagógico) do ano de 2020, a Escola Municipal Alcides Faustino Santos foi fundada 1992, mas somente no ano 2019 foi inserida no Núcleo de Escolas do campo do município. A Alcides Faustino Santos é uma escola do campo, de médio porte que oferta o ensino regular nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º anos) e também na Educação de jovens, adultos e idosos (EJAI), tem em seu Projeto Político Pedagógico a base curricular da Educação do campo em consonância com Legislação educacional brasileira que pressupõe em suas diretrizes, práticas políticas pedagógicas pautadas na diversidade, na coletividade e participação efetiva da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem, visando à autonomia, ao protagonismo e à construção identitária dos sujeitos em sua formação integral. Tais características sinalizam para uma educação que transcende os muros da escola, como mencionado no PPP da EAFS.

Figura 5 - Fotografia da Escola Municipal Alcides Faustino Santos



Fonte: google street view 2023.

A escola possui 11 salas de aulas, 1 sala de recursos multifuncionais, 1 diretoria, 1 secretaria, 1 sala de professor, 1 biblioteca (sala adaptada). Possui também 2 banheiros coletivos, masculino/feminino, 1 cozinha com 2 dispensas para armazenar a merenda escolar, área de serviço com 02 lavatórios, área interna coberta com aproximadamente 200 m², externa com 2.000 m², arborizada com 1 quadra de esportes coberta com vestiários masculino e feminino.

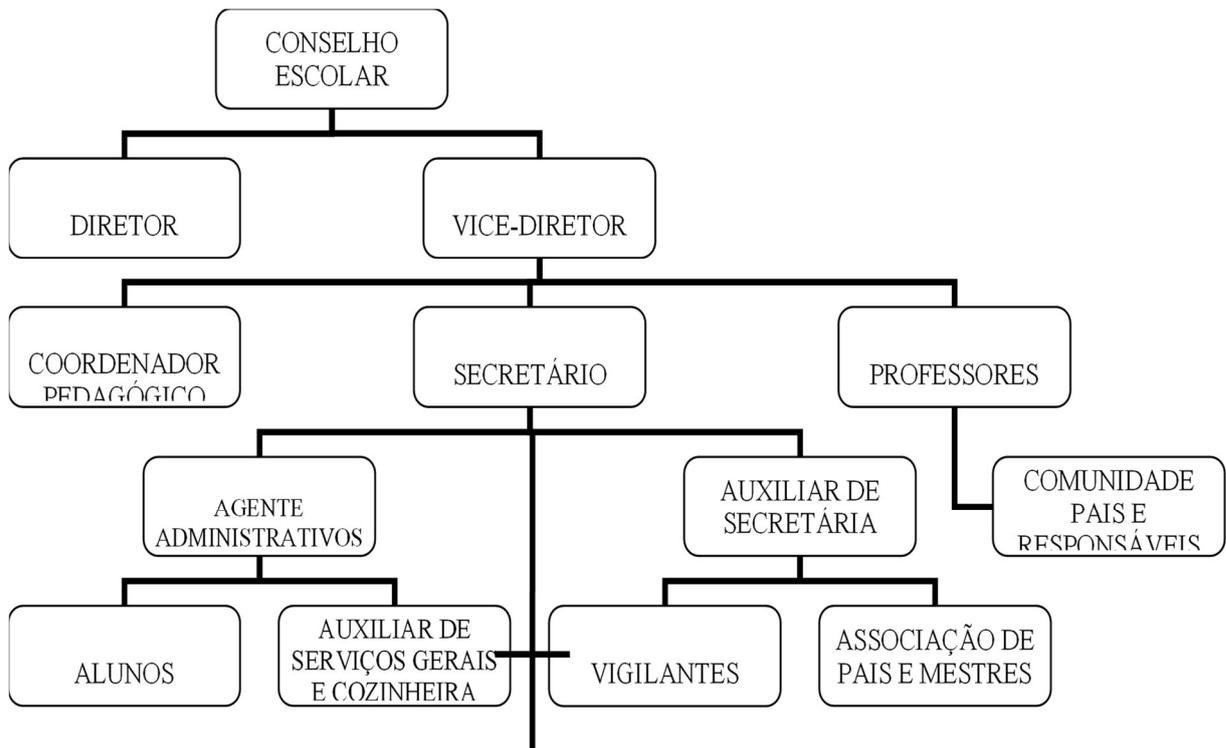
De acordo com Projeto Político-Pedagógico (PPP) cedido para a pesquisa, a escola contava com um total de 652 alunos matriculados no referido ano, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno, para os níveis de Ensino Fundamental II e EJAI (Educação de

Jovens e Adultos). A distribuição dos alunos era a seguinte: 229 no período matutino, 240 no período vespertino e 183 no período noturno. Cada classe tinha, em média, 30 alunos matriculados.

Em relação aos recursos humanos, até o ano de 2020, a equipe da escola era composta por 60 funcionários. Dentre eles, havia 1 diretor, 3 vices-diretores, 1 secretária escolar, 2 professores responsáveis pela coordenação pedagógica, 26 professores, 23 auxiliares que atuavam em diferentes áreas, como classe, secretaria, cozinha, limpeza e vigilância, 2 técnicos administrativos, 1 Especialista em Educação e 2 inspetores de classe. Além disso, a escola conta com profissionais que prestam serviços de forma periódica, como a Nutricionista, a Fonoaudióloga e a Psicóloga escolar, contribuindo para uma abordagem multidisciplinar e integral no suporte aos alunos (as).

Figura 6

Organograma da estrutura administrativa da escola EAFS



Fonte: PPP – (EAFS, p.19).

4.2.1 Projeto Político Pedagógico (ppp) da escola Alcides Faustino Santos.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Alcides Faustino Santos do ano de 2020, objeto de análise documental nesta pesquisa, é disponibilizado tanto em formato físico quanto digital, em PDF, totalizando 116 páginas. Sua estrutura básica é composta pelos seguintes tópicos:

- Apresentação;
- Justificativa;
- Modalidades de ensino;
- Contexto interno;
- Contexto externo;
- Patrono da escola;
- Perfil da escola;
- Composição da estrutura escolar;
- Estrutura escolar;
- Recursos humanos;
- Índice geral de aprendizagem;
- Princípios norteadores;
- Objetivo geral;
- Objetivos específicos para o Ensino Fundamental;
- Objetivos específicos para a EJA;
- Metas e ações;
- Proposta pedagógica da escola em relação aos valores éticos e epistemológicos, à gestão escolar, às práticas educativas e à relação comunidade-família-escola;
- Proposta curricular das disciplinas do Ensino Fundamental II e EJA, bem como educação especial, alinhada com as diretrizes da rede municipal de ensino;
- Metodologia de ensino;
- Modelo de avaliação proposto pela escola;
- Fundamentação teórica;
- Considerações finais.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Alcides Faustino foi minuciosamente concebido por uma equipe formada por professores, coordenadores pedagógicos e profissionais de apoio pedagógico vinculados ao Núcleo das escolas rurais do município de

Porto Seguro. Além da colaboração desses membros, a elaboração deste documento também se beneficiou significativamente da valiosa participação de representantes de estudantes e de pais dos alunos.

Vale ressaltar que este PPP foi desenvolvido com a intenção clara de estar em total sintonia com as diretrizes da educação do campo, refletindo o compromisso da escola em fornecer uma educação contextualizada e relevante para os alunos que vivem nas áreas rurais de Porto Seguro. Este PPP aborda de forma abrangente e detalhada aspectos fundamentais da escola, incluindo sua estrutura física, recursos humanos, princípios orientadores, metas e ações destinadas a aprimorar o ensino. Além disso, apresenta a proposta curricular e a metodologia adotada, destinadas a promover um processo de aprendizagem eficaz para os estudantes.

O documento também destaca valores éticos, a gestão escolar, práticas educativas e a crucial relação entre a comunidade, a família e a escola, garantindo uma visão holística e abrangente das diretrizes educacionais da instituição.

4.3 Escola Municipal Tiradentes

A Escola Municipal Tiradentes é uma instituição pública de ensino fundamental, mantida pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro, situada atualmente às margens da BR 367, no km 41, na comunidade de Vera Cruz, região Sul da Bahia. Sua história remonta à década de 1980, quando teve início em um modesto casebre de taipa, localizado na Av. Porto Seguro, onde hoje encontra-se a loja *G-Fashion*.

Esse espaço humilde pertencia a Francisco Costa, conhecido como Chico da Laje, que generosamente cedeu o local para ser utilizado como uma sala de aula. A iniciativa surgiu com o objetivo de proporcionar educação para as crianças da região, incluindo seus próprios filhos, que também necessitavam de acesso ao ensino.

Na ocasião, os poucos recursos disponíveis como quadro-negro, giz e papel, eram doados por fazendeiros da região. Não havia no espaço, sala de secretaria, de coordenação pedagógica, nem mesmo havia alguém a frente da direção da escola. A primeira e única funcionária da Instituição era a professora Déa Almeida Lacerda, que com amor e dedicação educava cerca de 30 alunos. Hoje, aposentada, reside ainda na comunidade e contribui significativamente para promoção de educação mais democrática e equitativa.

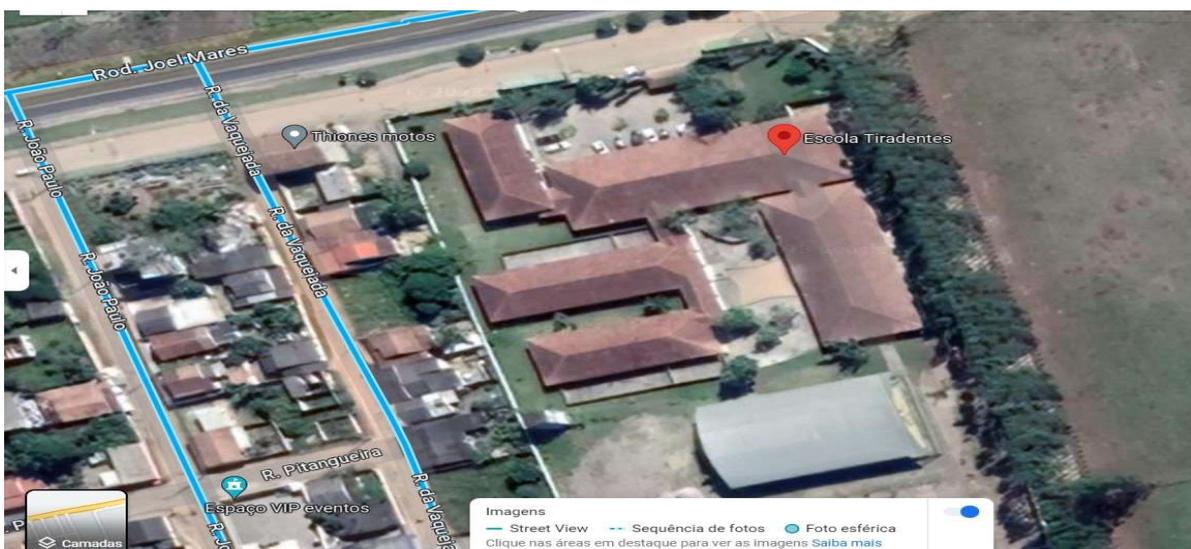
No final da década de 1980, a escola foi realocada para outro endereço, para o mesmo prédio onde já existia a extinta Escola Estadual Stela Sambrano, que possuía 3 salas de aulas. Esta última ficava localizada na Avenida Porto Seguro, principal rua do vilarejo, num espaço

que pertenceu ao saudoso Alcides Faustino Santos. Ali, a Prefeitura construiu, em parceria com o Polonordeste (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste), inicialmente duas salas de aulas e posteriormente mais nove.

A partir do ano de 1998, a Escola Estadual Stela Sambrano é extinta e, doravante, todo o prédio passa a denominar-se apenas como “Escola Municipal Tiradentes”. Até então, ambas ocupavam um mesmo espaço territorial. O prédio da direita pertencia à Escola Estadual Stela Sambrano, construída no final da década de 1970 e o da esquerda à Escola Municipal Tiradentes, construída no início da década de 1980. Naquela época, ambas recebiam verbas provenientes do Estado e do Município, assim como eram administradas por gestores dos poderes Estaduais e Municipais.

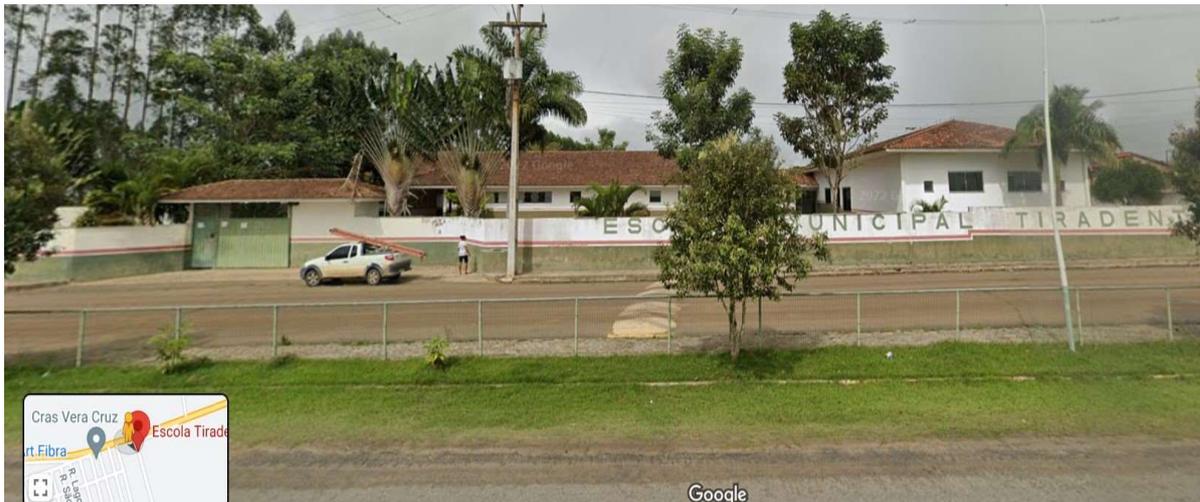
Por fim, precisamente em 05 de setembro de 2015, a Escola Municipal Tiradentes mudou novamente de endereço, passando a atuar às margens da BR 367, no km 41 no novo prédio construído pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro. O atual prédio é, sem dúvida, o melhor espaço físico onde a escola já funcionou desde sua criação. Possui dezessete salas de aulas amplas, um auditório para reuniões e atividades culturais, sala de leitura, sala de atendimento educacional especial, sala de atendimento psicopedagógico, sala de professores, sala de coordenação, sala de direção, secretaria, quadra poliesportiva, área verde, banheiros amplos e espaçosos, refeitório, anfiteatro, entre outros. Desde o ano 2019, a escola passou a compor o núcleo das escolas do campo do município de Porto Seguro.

Figura 7 - vista aérea da Escola Tiradentes



Fonte: Google Streetview, 2023.

Figura 8 - Vista frontal da Escola Municipal Tiradentes



Fonte: Google Streetview, 2023.

Considerando a infraestrutura, a escola municipal Tiradentes está organizada conforme descrição a seguir:

- Dezessete salas de aula. Sendo, quatro delas com banheiro próprio;
- Quadra poliesportiva coberta;
- Pátio para realização de atividades extraclasse;
- Sala de Leitura com acervo de livros didáticos, paradidáticos e livros de literatura infantil e juvenil;
- Auditório (sem o acabamento e a estrutura necessária);
- Sala de Professores;
- Secretaria;
- Sala de Coordenação;
- Sala de Direção;
- Cozinha;
- Refeitório;
- Copa;
- Banheiros destinados ao uso exclusivo de professores, sendo um masculino e um feminino;
- Banheiros destinados ao uso exclusivo de alunos, sendo dois masculinos e dois femininos;
- Banheiro de uso exclusivo do pessoal de apoio;

- Banheiro masculino e feminino no auditório;
- Almojarifado;
- Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Sala de Atendimento Psicopedagógico.

No que concerne ao recurso humano, a escola apresenta uma estrutura profissionista como elencada a seguir:

- 58 (cinquenta e oito) colaboradores. Destes, 05 são contratados e 53 efetivos;
- 28 (vinte e oito) são professores que atuam nos dois turnos de funcionamento: (matutino e vespertino);
- 2 (duas) coordenadoras pedagógicas, uma efetiva e outra contratada;
- 1 (uma) pedagoga que atua na sala de apoio psicopedagógico;
- 1 (uma) psicopedagoga que atua na sala de atendimento educacional especializado;
- 2 (duas) colaboradoras que atuam como assistentes do Programa Mais Alfabetização;
- 1 (um) atua como diretor da Unidade de Ensino;
- 2 (duas) professoras que atuam como vice-diretoras;
- 1 (uma) secretária;
- 3 (três) auxiliares administrativos;
- 3 (três) merendeiras;
- 2 (dois) porteiros (ambos contratados);
- 2 (dois) vigilantes;
- 13 (doze) colaboradores que atuam na manutenção infraestrutura (manutenção, reparo e limpeza).

O corpo discente é constituído por um total de 642 alunas(os) sendo 310 do sexo masculino e 332 do sexo feminino. A diversidade de faixas etárias dentro desse intervalo de idade contribui para a riqueza da experiência educacional, permitindo uma variedade de perspectivas e habilidades no ambiente escolar. Essa composição heterogênea promove uma dinâmica enriquecedora no processo de aprendizagem, atendendo às necessidades individuais de cada aluna(o).

Quadro 4 - Quantitativo de alunos(as) por anos/séries no ano de 2020

Série	Quantidade de alunos(as)
Pré II	39
1º Ano	88
2º Ano	111
3º Ano	147
4º Ano	129
5º Ano	128
TOTAL	642

Fonte: PPP Escola Municipal Tiradentes, p.34

4.3.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Tiradentes

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Tiradentes do ano de 2020, objeto de análise documental nesta pesquisa, é disponibilizado tanto em formato físico quanto digital, em PDF, totalizando 110 páginas. Sua estrutura básica é composta pelos seguintes tópicos:

- Sumário
- Apresentação
- Identificação do estabelecimento
- Histórico
- Contexto externo
- Marco situacional
 - Características da comunidade
 - Educação do Campo
 - Relação da escola com a comunidade escolar e local
 - Formação Inicial e continuada
 - Como a escola está organizada
 - Função social da escola
- Marco conceitual

- Concepção de currículo
- Concepção de Educação
- Concepção de ensino e aprendizagem
- Concepção de avaliação
- Concepção de cidadania
- Como é feita a gestão democrática na escola
- Associação de pais e mestres
- Como é formado o conselho escolar
- Como acontece o nosso conselho de classe
- A importância dos colaboradores no sucesso educacional
- Marco operacional
 - Planejamento de ações pedagógicas na escola
 - Ações de enfrentamento a indisciplina escolar
 - Ações de enfrentamento à evasão (abandono) e repetência
 - Educação especial na perspectiva da educação inclusiva
 - Sala de recursos multifuncionais
- Programas, parcerias e ações que a escola desenvolve e/ou participa
 - Abril indígena: Homenagem e interação com a cultura indígena.
 - Família na escola: Palestra, Recreação e confraternização com as famílias..
 - Festejos juninos: Apresentações de música, dança e culinária nordestina típica de Festa Junina.
 - Semana municipal de incentivo à leitura: Oficinas e saraus literário.
 - Novembro Negro: Palestras, oficinas e apresentações da cultura afro-brasileira.
 - Programa mais alfabetização: Prática pedagógica diferenciada de alfabetização.
 - Projeto Despertar (SENAR): Ações e formações pró ambientais.
 - Programa saúde na escola: Ações conjuntas entre as secretarias da saúde e da educação no ambiente escolar.
 - Desfile cívico e cultural: Mobilização cultural e cívica em homenagem a independência do Brasil.
 - Calendário escolar
 - Matriz curricular
 - Proposta curricular da educação infantil
 - Referências bibliográficas

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Tiradentes foi construído pela equipe pedagógica da escola, de acordo com os depoimentos colhidos nas reuniões e oficinas realizadas em diferentes momentos no ano de 2020. Tal processo de construção alinou-se as diretrizes e os pressupostos da educação do campo, respeitando também, o regimento comum das escolas de Porto Seguro.

4.4 ESCOLA MUNICIPAL CHICO LAGE

A Escola Chico Lage, situada no bairro Ulbaldino I (bairro novo) na comunidade Vera Cruz em Porto Seguro, teve sua construção viabilizada por meio de recursos do município e do FUNDEF (Fundo Nacional do Ensino Fundamental), durante a gestão do prefeito José Ubaldino Alves Pinto Júnior. O nome da escola foi uma homenagem ao senhor Francisco Costa, conhecido como Chico da Lage, em reconhecimento à doação do terreno feita pelo vereador Nilman da Silva Costa (1996-2000), filho do homenageado e um dos primeiros moradores da região. Em 12 de junho de 1999, a escola foi inaugurada, embora ainda não contasse com energia elétrica e água, o que levou ao funcionamento apenas nos turnos matutino e vespertino. No entanto, a partir do ano de 2001, foi possível a instalação da rede elétrica, e em 2005, a escola finalmente recebeu a instalação da água encanada. Mesmo com esses avanços, o funcionamento da escola ainda era precário, pois não dispunha de muros de proteção e o prédio escolar estava em péssimas condições de uso.

Outro problema enfrentado era a falta de equipamentos básicos, como geladeiras ou freezers para conservar a merenda escolar, e o mobiliário não era adequado para atender às necessidades da educação infantil. Além disso, faltavam os equipamentos pedagógicos mais básicos, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Após a implantação do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e do BB Educar Integração, programa federal de incentivo à educação, criado no Banco do Brasil em 1992, inspirado no método Paulo Freire, que considera a realidade do alfabetizando como ponto de partida do processo educativo. A situação da escola foi melhorando, pois houve investimentos no mobiliário, nos materiais didáticos e assim, houve também o crescimento no número de alunos, o que aumentou ainda mais os benefícios para que a escola atingisse a qualidade atual.

A escola, hoje, além de ser mantida por recursos do Município de Porto Seguro, pelo FUNDEB (Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional Brasileiro), há também a Unidade Executora, entidade representativa da escola junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do governo federal custeiam as compras de materiais pedagógicos e recursos tecnológicos que ampliam o

acesso da criança à Educação de qualidade. Esse programa permite ao conselho da unidade executora, composto por membros da comunidade escolar: pais, alunos, funcionários, professores e membros da comunidade local. Pensar na escola como um todo, no que diz respeito à acessibilidade e bem-estar dos alunos, por isso, todo investimento na escola passa por reuniões que discutem as necessidades e urgências expostas no Projeto Político Pedagógico.

Atualmente, a Escola Chico Lage compartilha o espaço com a Escola Municipal Tiradentes, em virtude da construção de um novo prédio que funcionará ao lado da mencionada escola. Essa nova edificação representa uma oportunidade para a escola ampliar suas instalações e recursos, o que pode proporcionar um ambiente mais propício ao aprendizado e ao desenvolvimento dos estudantes.

À época atual, a Escola Chico Lage desempenha um papel fundamental na educação da comunidade de Vera Cruz, integrando o núcleo de escolas do campo do município de Porto Seguro, atendendo cerca de 180 alunos(as) das turmas de educação infantil Pré I e Pré II.

A escola assume uma importante responsabilidade ao ser encarregada da alfabetização inicial das crianças da região. Esse estágio crucial da aprendizagem é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, criando as bases sólidas para o seu progresso educacional ao longo dos anos seguintes.

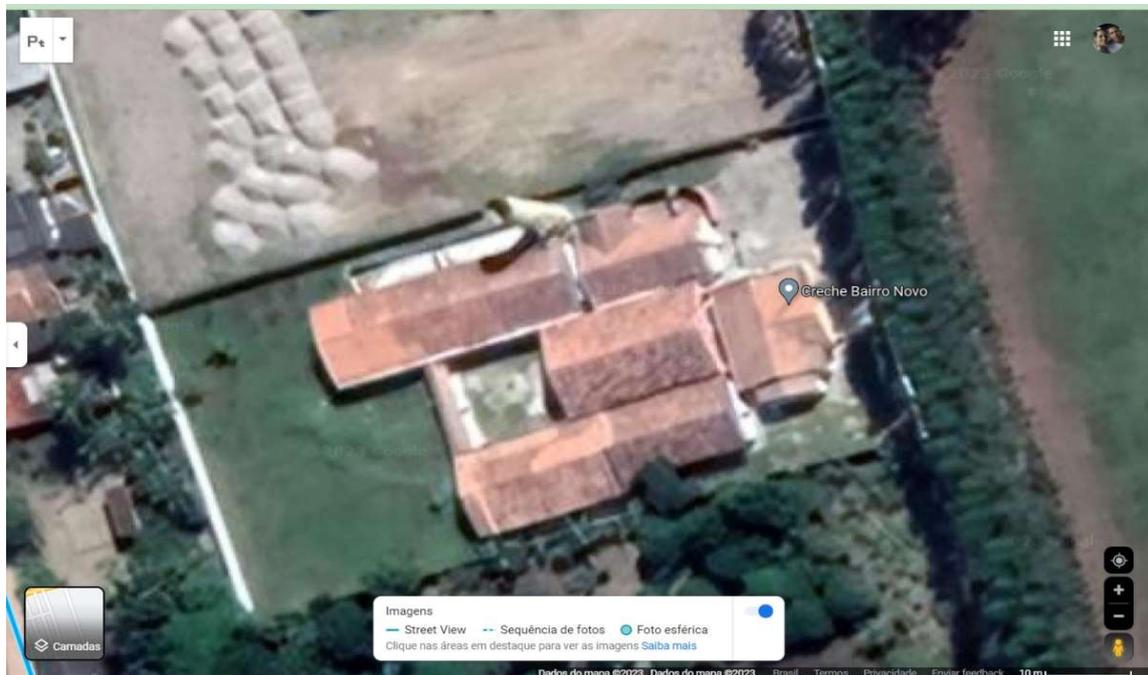
Com um corpo docente comprometido, a Escola Chico Lage busca proporcionar um ambiente de aprendizagem estimulante e acolhedor, onde as crianças possam explorar seu potencial, desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos relevantes para suas vidas. Além disso, a escola procura se adaptar às necessidades específicas das crianças que vivem em comunidades rurais, reconhecendo as particularidades e os desafios que esse contexto pode trazer para o processo educativo.

Figura 9 – Escola Municipal Chico Lage.



Fonte: Google Street View, 2023.

Figura 10 - Vista aérea da escola Chico Lage (prédio em fase de conclusão)



. Fonte: google street view

De acordo com o PPP do ano de 2020 a estrutura da escola está organizada da seguinte maneira:

- 4 salas de aula;
- 1 Secretaria; (pequena que atende direção e coordenação)
- 2 Banheiros;

- 1 Cozinha (pequena)
- 1 Despensa (pequena)
- 1 Lavanderia (pequena)
- 1 Pátio Coberto. (pequeno onde é aproveitado para: AC de professores, reuniões de pais e programações extra classe).

As instalações físicas da Escola Chico Lage estão passando por um processo de ampliação e adaptação com o objetivo de proporcionar um atendimento de melhor qualidade à sua clientela. A fim de fornecer uma visão clara da atual estrutura da escola, apresentamos a seguinte organização:

- Salas de aula espaçosas e bem iluminadas, proporcionando um ambiente propício para o aprendizado dos alunos;
- Áreas de recreação e lazer, com espaço verde, adequado para atividades físicas e momentos de recreação;
- Biblioteca, onde os alunos podem ter acesso a uma variedade de livros e recursos educacionais para enriquecer seu conhecimento e incentivar o hábito da leitura;
- Refeitório amplo e adequado, garantindo que os alunos desfrutem de refeições saudáveis em um ambiente confortável;
- Setor administrativo e secretaria, facilitando a comunicação entre a escola, pais e comunidade;
- Espaços de convivência e brinquedoteca, favorecendo a ludicidade e o aprendizado.

Considerando os recursos humanos, a escola conta com a seguinte equipe:

- 1 Diretor(a)
- 1 Coordenador(a) Pedagógico(a)
- 7 Professores
- 9 Colaboradores (cozinha, limpeza, manutenção, segurança e portaria).

4.5 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Chico Laje

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Chico Laje do ano de 2020, um documento essencial nesta pesquisa, está acessível em duas versões: física e digital, disponibilizada em formato PDF, com um total de 82 páginas. A versão analisada corresponde ao ano de 2020, no entanto, atualmente, o documento está passando por uma reformulação. A estrutura básica do PPP é composta pelos seguintes tópicos:

- Apresentação. Identidade e Histórico da Escola: Apresenta a história, a missão, a visão e os valores da Escola Chico Laje, destacando sua identidade e trajetória educacional;
- Justificativa: Realiza uma síntese sobre importância do pertencimento à educação do campo;
- Fundamentos Teóricos e Metodológicos: Apresenta as bases filosóficas e pedagógicas que norteiam o trabalho educativo da escola, enfatizando as abordagens e métodos adotados;
- Marco referencial: estabelece uma base sólida e clara para orientar todo o planejamento e as ações educacionais da instituição;
- Objetivos e Metas: Define as metas educacionais e os objetivos a serem alcançados pela instituição, de acordo com suas prioridades e expectativas;
- Marco operacional: fornece informações sobre as atividades, os recursos, os prazos e as responsabilidades envolvidas no processo educacional;
- Estrutura organizacional: Apresenta a estrutura organizacional da escola, incluindo a equipe de gestão, suas atribuições e formas de atuação;
- Recursos e Infraestrutura: Descreve os recursos disponíveis na escola, incluindo materiais didáticos, laboratórios, biblioteca e demais elementos que contribuem para a qualidade do ensino;
- Recursos humanos: Apresenta o quadro de colaboradores, o corpo docente, bem como a formação de cada professor(a);
- Proposta Curricular: Descreve a organização curricular da escola, incluindo os conteúdos, as estratégias de ensino e a avaliação do processo de aprendizagem;
- Considerações finais;
- Referências.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Chico Lage foi liderada pela equipe de coordenação pedagógica em colaboração com os professores. No entanto, é importante notar que, apesar de o texto deste documento mencionar a participação da comunidade, não há registros que detalhem as etapas ou reuniões realizadas para envolver e ouvir ativamente a comunidade no processo de deliberação.

A análise destacou a existência de lacunas estruturais significativas, principalmente no que diz respeito à ausência de um referencial teórico sólido que sustentasse o conteúdo deste documento. Além disso, identificaram-se desafios na organização das informações e na clareza da argumentação, comprometendo a compreensão do leitor.

É fundamental abordar essas lacunas para fortalecer a robustez do trabalho e garantir a consistência das informações apresentadas. A incorporação de um embasamento teórico sólido proporcionaria uma base firme para as conclusões e recomendações, enriquecendo a qualidade do documento como um todo.

Além das lacunas mencionadas anteriormente, vale ressaltar que a análise revelou outra carência importante no contexto do Plano Político-Pedagógico (PPP). Notou-se também a ausência de referências legais e diretrizes específicas voltadas para escolas do campo, o que se destacou como uma deficiência notável na análise.

A falta de um arcabouço normativo e direcionamentos específicos para as escolas situadas em áreas rurais pode comprometer a efetividade do PPP, uma vez que não oferece uma base sólida para a adaptação de políticas e práticas educacionais à realidade dessas comunidades. Portanto, é essencial considerar a necessidade de incluir essas referências legais e diretrizes específicas ao elaborar ou revisar o PPP, a fim de garantir que as estratégias educacionais estejam alinhadas com as particularidades e desafios das escolas do campo. Isso contribuirá significativamente para a promoção de uma educação de qualidade e contextualizada nessas regiões. Além disso, a falta de detalhes sobre as etapas de participação da comunidade limita a transparência e a compreensão do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico.

No entanto, é fundamental ressaltar que o objetivo principal desta abordagem não foi avaliar a estrutura do documento, mas sim avaliar seu alinhamento com o ensino de educação ambiental no contexto das escolas do campo, visando compreender os desafios vivenciados pelos sujeitos que integram esta modalidade de ensino tão relevante para contexto educacional brasileiro.

5 RESULTADOS

5.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Alcides Fastino

O projeto político-pedagógico tem o objetivo de ser o eixo norteador do processo pedagógico em sentido amplo. Isto implica em construir as concepções centrais que a escola adota, especialmente quanto aos fundamentos pedagógicos. Ele representa um caminho futuro através de um sentido definido e de uma ação educativa intencional para percorrer uma trajetória a partir do que se tem para chegar ao que se deseja (GadotTi, 1998).

Para as escolas do campo este documento construído na coletividade, fundamenta a identidade dos povos campestres que historicamente têm se movimentado na contra – mão de uma educação hegemônica, elitista e não incluyente. De acordo Porto (2016, p. 63), a escola do campo é aquela que “procura aprofundar sua imersão na comunidade [...] visando melhorar as condições materiais dos educandos e de sua comunidade”, e isso implica pensar no seu Projeto Político-Pedagógico.

É importante ressaltar que a pesquisa analisa os Projetos Político Pedagógico, tendo como foco o ensino de educação ambiental no contexto da Educação do Campo procurando destacar dentro da estrutura político-pedagógica do documento as questões que se lançam como desafio ao ensino de educação ambiental na referida escola do campo. Concomitantemente, busca também delinear as características que demarcam as principais perspectivas de melhorias no ensino de educação ambiental nas escolas pesquisadas.

Cabe às escolas do e no campo elaborarem seu PPP, observando as diretrizes do PNE, as normas do CEE e as determinações das resoluções federal e estaduais de educação do campo. Quanto aos princípios da educação do campo, cabe observar o Art. 2º da Resolução do CEE-BA, n. 103/2015: Conforme o artigo. 4º. A Educação do Campo tem como princípios:

- I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;
- II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;
- III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;
- IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;
- V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo

VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil;

VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola. (Bahia, 2015).

A Alcides Faustino Santos, uma escola do campo, de médio porte que oferta o ensino regular nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º anos) e também na Educação de jovens, adultos e idosos (EJAI), tem em seu Projeto Político Pedagógico a base curricular da Educação do campo em consonância com Legislação educacional brasileira que pressupõe em suas diretrizes, práticas políticas pedagógicas pautadas na diversidade, na coletividade e participação efetiva da comunidade escolar, visando à autonomia, ao protagonismo, a construção identitária dos sujeitos em sua formação integral. Tais características, sinalizam para uma educação que transcende os muros da escola, como mencionado no PPP da EAFS:

Nosso objetivo, portanto, é educar para a vida, fazendo com que o aluno cresça tanto pessoal, quanto profissionalmente. A escola não é colocada apenas como um espaço formal de aprendizagem, mas sim onde se adquire o conhecimento por meio de experiências vividas. (PPP EAFS, 2021, pg. 2).

De acordo com o PPP, a escola Alcides Faustino Santos pressupõe a interdisciplinaridade como base metodológica de sua práxis pedagógica, considerando a (inter)ação como condição para que se efetive tal interdisciplinaridade. Segundo o PPP EAFS,

Acreditamos na interdisciplinaridade como instrumento que contribui para que a escola seja lugar onde se produza coletiva e criticamente um saber novo. A (inter)ação é, portanto, condição para que se efetive a interdisciplinaridade. Ela consiste num passo além da integração, ou seja, da sintonia, da reciprocidade, da mudança de atitude frente a um fato a ser conhecido. O fazer pedagógico consiste no processo de (re) construção da aprendizagem, que se dá nas relações do sujeito consigo mesmo e com os outros, das quais se processam num contexto social e institucional marcados pela história. (PPP EAFS, 2019, pg. 5).

O trecho mencionado expressa uma visão pedagógica que atribui grande importância à interdisciplinaridade como um componente fundamental para aprimorar a vivência educacional. A concepção subjacente é que a escola deve ser concebida como um ambiente propício à construção coletiva e crítica do conhecimento, promovendo, assim, uma abordagem unificada e integrada das diversas disciplinas.

Quadro 5 - Princípios da Escola Alcides Faustino Santos.

<i>ESCOLA ALCIDES FAUSTINO SANTOS</i>	
<i>Missão</i>	Oferecer educação de qualidade, oportunizando a construção do conhecimento, a formação do ser ético, criativo e comprometido com a promoção da solidariedade e da paz.
<i>Visão</i>	Ser referência educacional, em constante crescimento, inovadora nos processos de ensinar, aprender e se relacionar, trabalhando em rede, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de pessoas éticas, competentes e felizes
<i>Valores</i>	Audácia e empenho na qualidade da formação pessoal, profissional e relacional, através de um processo dinâmico, criativo, ter a coragem de inovar, investir na liderança positiva e no trabalho em equipe para o bom desempenho da escola.

Elaborado pelo autor.

A partir do ano 2019, o trabalho pedagógico passou a ser articulado por eixos temáticos dentro da perspectiva da escola do campo, onde na I Unidade será trabalhado o eixo: Trabalho: divisão social e territorial; Na II Unidade, Cultura e Identidade; Na III unidade, Interdependência Campo X Cidade; e na IV Unidade Movimentos Sociais: organização política e cidadania. Nesse mesmo ano, a escola passou a ofertar a Agroecologia como disciplina curricular. Ainda em 2019, a escola conta com apoio pedagógico do SENAR (Serviço de Nacional de Aprendizagem Rural) que através do Projeto Despertar promove junto às escolas do campo, o apoio pedagógico voltado para a responsabilidade social, o qual busca possibilitar mudança de valores, aliada à postura cidadã e socioambiental.

A escola aponta em seu PPP um trabalho especial dedicado ao público da EJA (educação de jovens, adultos e idosos) centrado no respeito à diversidade sócio-cultural e na realidade sócio-econômica em que vivem. Ainda assim, a comunidade escolar tem lutado arduamente contra a evasão e o abandono escolar, planejando e promovendo estratégias de ensino que atraíam e mantinham o alunado na escola. De acordo com o PPP, objetivo geral da EJA na escola é:

Possibilitar ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida e possibilitar um nível profissional mais qualificado (PPP EAFS, 2019 p. 26).

O próprio PPP da escola Alcides Faustino Santos descreve alguns aspectos que dificultam o cumprimento desse objetivo, como dura rotina de trabalho da maioria dos alunos(as) na agricultura, a migração pendular e aumento da violência entre os jovens da comunidade.

A escola, de acordo com o PPP, prioriza uma política de inclusão escolar em seu currículo. A partir do AEE (Atendimento Educacional Especializado) a escola viabiliza meios para a educação de alunos(as) com algum tipo de deficiência. Para isso, a escola possui cuidadores, professores especialistas em educação especial e inclusiva, além de uma sala de recursos multifuncionais para o atendimento individualizado dos estudantes conforme a sua necessidade.

No aspecto pedagógico, a escola desenvolve os seguintes projetos:

- a) Projeto da Escola do Campo, que inclui trabalho com eixos temáticos, temática do “Abril Indígena”, da Independência da Bahia e do “Novembro negro”, tendo como responsáveis professores de todas as áreas do conhecimento;
- b) Projeto de Agroecologia, os responsáveis são professores de Ciências e Agroecologia;
- c) Sarau literário, os responsáveis são professores de Língua Portuguesa, Artes, Produção Textual, Inglês e da Inclusão;
- d) PDDE interativo, os responsáveis são todos os funcionários da escola;
- e) Projeto Círculo do livro (Sala de leitura), responsáveis: Coordenação, bibliotecário e professores de Língua Portuguesa;
- f) Projeto Desporto na Escola: funciona no turno oposto com modalidades esportivas;
- g) Projeto Judô na Escola: funciona no turno oposto com atividades de Judô.

Embasado nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, o PPP da escola Alcides Faustino Santos, propõe:

- Igualdade de condições de acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender e ensinar;
- Pluralismo de idéias e Concepções Pedagógicas;
- Conhecimento do Regimento Escolar;
- Conhecimento do Estatuto do Magistério Público do Município de Porto Seguro;
- Gestão democrática;
- Valorização de atividade extra-escolar;

- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e a sociedade.

A partir da leitura e análise do Projeto Político Pedagógico foram encontradas respostas e indagações em relação à identidade da escola, currículo, projetos, práticas pedagógicas que corroboram a hipótese levantada acerca da questão problematizadora da pesquisa no que concerne aos desafios da educação ambiental na escola do campo. Nesse contexto, destacam-se como situações desafiadoras: a baixa contemplação no PPP das questões ambientais, a carência de formação docente na área de Ciências Ambientais e ausência de um planejamento de revisão e avaliação do projeto político pedagógico.

Na escola em questão, observa-se a ausência de uma disciplina específica dedicada à Educação Ambiental, e o Projeto Político Pedagógico faz menção limitada às metodologias e estratégias pedagógicas que favoreceriam a abordagem transversal da Educação Ambiental. O ensino de Educação Ambiental se restringe, em grande parte, às aulas de Ciências, Geografia e Agroecologia, nas quais são desenvolvidos projetos interdisciplinares que incorporam elementos da EA.

O ensino de agroecologia, aliado às ações pedagógica do Projeto Despertar, busca trabalhar a Educação Ambiental de maneira reflexiva, crítica e participativa, através de projetos como o que visam à Gestão Democrática e Políticas Públicas em Educação Ambiental; o fortalecimento dos currículos das escolas do campo; Produção Sustentável; ações ecológicas, de saúde e qualidade de vida, dentre outras. No ano de 2019, o Projeto Despertar abordou nas escolas do campo a temática Produção de Alimentos e Sustentabilidade no Campo.

Embora a Educação Ambiental pareça ter uma presença discreta no PPP, na realidade, ela está sendo implementada na prática. Avaliar se essa abordagem é adequada ou insuficiente requer uma investigação mais aprofundada, pois este estudo concentrou-se exclusivamente na análise do PPP.

Este fato evidencia a existência de lacunas que podem ser preenchidas com resultados de outras pesquisas que utilizem metodologias que permitam um conhecimento mais abrangente das questões que envolvem a educação ambiental nas escolas do campo. Dessa forma, a promoção da interdisciplinaridade contribui para uma abordagem mais holística da educação, proporcionando uma visão mais completa e embasada para avaliar a eficácia das práticas educacionais, visto que contempla as múltiplas dimensões do aprendizado.

5. 2 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Tiradentes

O Projeto Político Pedagógico representa um conjunto sistematizado e organizado das ações norteadoras do trabalho educativo, elaborado pela comunidade escolar, nele deverá constar o conjunto de valores e crenças que se pretende construir em nível curricular, no que se refere à educação formal. Também deverão estar delineados neste documento as concepções de educação, a busca da identidade da escola, bem como o projeto de homem e de sociedade que se tem e que se pretende construir num determinado período de tempo e espaço.

É apenas o instrumento orientador do processo de tomada de decisões e da definição das diferentes etapas do processo de ensino-aprendizagem. E, para nós, como equipe, “trata-se da antecipação do futuro que possibilita a materialização do sonho na projeção do amanhã sendo constituído a partir do cotidiano da escola e da comunidade”. (PPP E. M.T, 2020 p. 7).

Nesse contexto, descrevo os resultados obtidos a partir da análise do PPP da escola Tiradentes, uma escola do campo localizada na comunidade de Vera Cruz no município de Porto Seguro.

A escola atende ao público do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) através de uma abordagem metodológica alicerçada nas diretrizes básicas da educação brasileira em consonância com as políticas educacionais da educação do campo.

Nossa escola atende alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1o ao 5o ano do Ensino Fundamental de 9 anos) no período da manhã e da tarde. Neste ano de 2020, temos 642 alunos matriculados. (PPP E. M.T, 2020 p. 7).

O PPP da escola Tiradentes, em sua última versão do ano de 2020, está muito bem fundamentado nas diretrizes básicas da educação do campo, suas metas, objetivos e valores bem definidos expõem um trabalho coletivo, articulado e compromissado com a formação integral de seus educandos.

Quadro 6 - Princípios da Escola Municipal Tiradentes

ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES	
<i>Missão</i>	Oferecer educação de qualidade, oportunizando a construção do conhecimento, a formação do ser ético, criativo e comprometido com a promoção da solidariedade e da paz.

<i>Visão</i>	Ser referência educacional, em constante crescimento, inovadora nos processos de ensinar, aprender e se relacionar, trabalhando em rede, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de pessoas éticas, competentes e felizes.
<i>Valores</i>	Audácia e empenho na qualidade da formação pessoal, profissional e relacional, através de um processo dinâmico, criativo, ter a coragem de inovar, investir na liderança positiva e no trabalho em equipe para o bom desempenho da escola.

Elaborado pelo autor.

Como equipe, queremos priorizar em nossa escola, um ambiente de trabalho onde a cooperação mútua e a harmonia entre as pessoas visem uma busca constante pela coerência de propósitos e posturas e onde a união na busca de aperfeiçoamento seja constante. (PPP E.M.T, 2020 p.28).

Um dos pontos importantes a se destacar, ao analisar o documento político pedagógico da escola, foi o caráter cooperativo com que a escola norteia suas decisões. Outro aspecto relevante diz respeito à ênfase que escola aponta em seu PPP sobre o tratamento com a comunidade local. Tais aspectos são premissas da educação do campo que favorecem o processo de ensino aprendizagem.

Assim, compreendemos a parceria escola-comunidade como algo importantíssimo, sobretudo na sua dimensão histórica e social, respeitando os modos de agir e pensar dos pais e da comunidade, valorizando seus costumes, tradições, valores e cultura, mas, paralelamente, expressando com clareza nossas metas, atitudes, visão de mundo, valorização do mundo rural e prioridades educacionais. (PPP EMT, 2020 p. 29).

Além das parcerias firmadas com as famílias e a comunidade, a escola Tiradentes registra em seu PPP nomes de instituições que fazem parte do rol de colaboradores da escola. Tais parcerias são fundamentais para o sucesso educacional da escola do campo, podendo ser uma estratégia eficiente nas práticas de educação ambiental.

Temos parceria com a Unisulbahia, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e ADAB (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia). (PPP EMT, 2020 p. 30).

Pode-se destacar que a escola Tiradentes por meio de seu PPP reconhece a formação dos profissionais de educação como um meio indispensável ao bom desenvolvimento

educacional. Nesse aspecto não é considerada somente a formação docente, mas de todos os profissionais que atuam na escola, em especial a equipe gestora da escola. Vale ressaltar que a ausência de formação docente tem implicado diretamente no ensino de educação ambiental nas escolas do campo, ponto fulcral de da pesquisa em tela.

No âmbito da Educação Ambiental, a escola conta com projetos interligados às disciplinas de Ciências e Agroecologia como o Projeto Despertar, um projeto ambiental desenvolvido pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Além de realizar outros projetos observando as datas comemorativas como o Dia da Árvore, o Dia Mundial da Água, dentre outros.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola em questão, juntamente com suas diretrizes, metas, valores estabelecidos e sua abordagem quanto ao currículo, educação e cidadania, é evidente que a instituição reconhece os desafios associados à promoção eficaz da educação ambiental. Esses desafios, embora em parte superados, continuam a representar obstáculos que restringem o pleno desenvolvimento da educação ambiental na escola.

Por outro lado, a análise do Projeto Pedagógico da escola Tiradentes indica ótimas perspectivas para o ensino de educação ambiental integrado a educação do campo, uma vez que tem como meta a formação de parcerias também na área ambiental. Além do mais, a consolidação da agroecologia enquanto disciplina que tem como meta a formação integral do sujeito do campo e as práticas de sustentabilidade garante o não esquecimento da importância do ensino de educação ambiental.

5.3 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Chico Lage

A escola municipal Chico Lage, situada na comunidade de Vera Cruz, é uma escola do campo que atende ao público da Educação Infantil (Pré- I e Pré II). Trata-se de uma escola de pequeno porte que, desde o ano de 2019, está vinculada ao núcleo de Educação do Campo do município de Porto Seguro.

O projeto político pedagógico da escola Chico Lage está em processo de reformulação para melhor adequar-se às diretrizes da educação do campo. A revisão é uma importante forma de avaliar as metas que já foram alcançadas e se a proposta contida no documento necessitam ser reformuladas, além da indicação de novas metas deliberadas pela comunidade escolar.

Este documento tem como finalidade explicitar a proposta pedagógica da Escola Chico Lage. Expressa a identidade desta escola, onde estão presentes seus

objetivos e desejo de mudança para uma vida digna e social. (PPP EMCL, 2019 p. 6).

De acordo com PPP da escola municipal Chico Lage, as práticas educativas desenvolvidas na escola primam por uma educação humanizadora, emancipatória, que seja capaz de fortalecer a identidade dos educandos.

A escola do Campo guia-se por um P.P.P que aponta para uma educação de caráter emancipatório, humanizadora, capaz de fazer uma leitura de mundo e como sujeitos históricos que somos, fortalecer nossa identidade valorizando os elementos do contexto local, produzindo conhecimento a partir da problematização, ressignificando a cultura do campo na perspectiva da não subordinação, da não discriminação e superando a fragmentação e a transmissão do conhecimento de forma positivista a acabada. (PPP EMCL, 2019 p.9).

O PPP é um documento fundamental para a garantia da qualidade da educação do campo. Ele deve ser um instrumento de planejamento, gestão e avaliação da educação do campo. Ele deve contribuir para a construção de uma educação que seja emancipatória, humanizadora e capaz de fazer uma leitura de mundo. Ele deve promover a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação do mundo.

Quadro 7 - Princípios da Escola Municipal Chico Lage

<i>ESCOLA MUNICIPAL CHICO LAGE</i>	
<i>Missão</i>	Oferecer educação de qualidade, oportunizando a construção do conhecimento, a formação do ser ético, criativo e comprometido com a promoção da solidariedade e da paz.
<i>Visão</i>	Ser referência educacional, em constante crescimento, inovadora nos processos de ensinar, aprender e se relacionar, trabalhando em rede, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de pessoas éticas, competentes e felizes.

<i>Valores</i>	Audácia e empenho na qualidade da formação pessoal, profissional e relacional, através de um processo dinâmico, criativo, ter a coragem de inovar, investir na liderança positiva e no trabalho em equipe para o bom desempenho da escola.
----------------	--

Elaborado pelo autor.

A estrutura curricular da Escola Chico Lage tem sua base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o aprendizado em cinco campos de experiência, todos fundamentados nos dois principais eixos de aprendizagem.

Suas diretrizes estão bem definidas e embasadas na legislação educacional do campo; no entanto, no escopo do documento analisado, não há ações específicas que orientem práticas transversais de educação ambiental. O ensino de Educação Ambiental aparentemente fica restrito à iniciativa dos professores de agroecologia e às ações desenvolvidas a partir do programa Despertar do SENAR-BA.

Os resultados da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola confirmam os desafios enfrentados no desenvolvimento da educação ambiental quando não são estabelecidas diretrizes para a educação ambiental. Além disso, a escola não menciona em seu PPP estratégias para a formação docente.

Embora o Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida escola não enfatize diretamente o ensino de agroecologia associado a projetos de natureza ambiental, esse é um campo com grande potencial para o ensino de educação ambiental nesta instituição de ensino. Além disso, o ensino de agroecologia pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades como o pensamento crítico, a resolução de problemas e o trabalho em equipe. Essas habilidades são essenciais para a construção de uma sociedade mais sustentável e justa.

6 REFLEXÃO SOBRE OS ACHADOS DA PESQUISA.

A Educação Ambiental não se restringe apenas a aulas específicas sobre meio ambiente, mas sim permeia todas as disciplinas e atividades escolares, proporcionando uma visão integrada e interdisciplinar das questões ambientais.

Ao incluir a Educação Ambiental de forma transversal, os alunos têm a oportunidade de compreender a relação entre os conhecimentos adquiridos em diferentes áreas do conhecimento

e como eles se relacionam com as questões ambientais do seu entorno. Isso permite que desenvolvam habilidades críticas e reflexivas para analisar os impactos das ações humanas no meio ambiente e adotar práticas sustentáveis em suas vidas cotidianas.

Outro ponto importante é o envolvimento de toda a comunidade escolar no processo, incluindo professores, funcionários, gestores, alunos e suas famílias. A Educação Ambiental precisa ser vivenciada por todos os membros da escola, para que se torne uma prática verdadeiramente integrada ao cotidiano educacional e contribua para uma mudança de cultura em relação ao meio ambiente.

A Educação Ambiental é um processo educativo que busca promover a conscientização, o conhecimento e ações voltadas para a preservação do meio ambiente e a construção de sociedades sustentáveis. Ela envolve a compreensão das interações entre os seres humanos e a natureza, estimulando a adoção de práticas e valores que promovam a conservação dos recursos naturais e da qualidade de vida da população (Asano; De Souza Poletto, 2017).

Nas Escolas Públicas do Campo, a Educação Ambiental desempenha um papel relevante ao proporcionar aos estudantes uma compreensão crítica dos desafios e impactos ambientais enfrentados pelas comunidades rurais. Ela valoriza os saberes locais, promove ações práticas de conservação e estimula a participação ativa dos alunos na resolução de problemas ambientais (Buczenko et al., 2017).

A Educação do Campo é uma área de estudos e práticas que busca valorizar e fortalecer a educação desenvolvida nas áreas rurais, reconhecendo as especificidades e demandas dessas comunidades. Ela tem como objetivo superar as desigualdades educacionais e promover uma educação.

A educação do campo e a educação ambiental são duas modalidades de ensino que podem se complementar de maneira significativa. A educação do campo busca promover a formação completa dos indivíduos que vivem nessas áreas, levando em conta suas particularidades culturais, sociais e econômicas. Já a educação ambiental tem como meta cultivar uma consciência ambiental crítica, capacitando os alunos a reconhecerem e abordarem os desafios socioambientais. A educação ambiental, por sua vez, tem como objetivo promover a formação de uma consciência ambiental crítica, capaz de identificar e enfrentar os problemas socioambientais.

A interconexão entre essas duas modalidades de ensino pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação mais integral e transformadora (Loureiro, 2009). A educação do campo pode proporcionar aos estudantes uma educação ambiental contextualizada, que leve em consideração o seu dia a dia e os desafios que eles enfrentam no campo.

(Guimarães, 2009). A educação ambiental, por sua vez, pode contribuir para a valorização da cultura e dos saberes do campo, bem como para o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

No PPP, a integração da Educação Ambiental à Educação do Campo é essencial para garantir uma educação de qualidade social e ambientalmente responsável nas Escolas Públicas do Campo no Distrito de Vera Cruz. O PPP deve estabelecer diretrizes que promovam a Educação Ambiental como uma temática transversal nos currículos, levando em consideração a realidade ambiental das comunidades rurais e as especificidades do contexto educacional. Ele deve prever ações e projetos que envolvam a participação ativa dos estudantes, a valorização dos saberes locais e a conscientização sobre a importância da preservação ambiental (Lima, 2020).

Ao comparar criticamente os Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das escolas mencionadas - Escola Municipal Alcides Faustino Santos, Escola Municipal Tiradentes e Escola Municipal Chico Lage - foi possível identificar algumas diferenças e pontos de destaque.

Em relação à abordagem pedagógica, a Escola Alcides Faustino Santos enfatiza a interdisciplinaridade como base metodológica, valorizando a construção coletiva do conhecimento. Isso demonstra uma preocupação em promover uma educação mais integrada e contextualizada, onde as disciplinas se relacionam e se complementam.

A interdisciplinaridade é um conceito que tem sido discutido há décadas e pode ser definida como a integração de diferentes disciplinas para abordar um problema ou questão de forma mais abrangente e holística.

De acordo com Fernandes (2009, p. 97), "A interdisciplinaridade é a interseção de duas ou mais disciplinas que visam abarcar uma área de estudo que não pode ser compreendida adequadamente dentro de uma única disciplina".

Na educação, a interdisciplinaridade pode ajudar os(as) alunos(as) a desenvolver uma compreensão mais profunda dos problemas do mundo real e a desenvolver habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas. A interdisciplinaridade também pode ajudar os alunos a se tornarem mais criativos e inovadores.

Por sua vez, a Escola Tiradentes destaca a abordagem cooperativa, valorizando a parceria entre escola, comunidade e instituições locais. Essa ênfase na colaboração ressalta a importância do envolvimento da comunidade no processo educativo.

O projeto político pedagógico da escola é baseado nos princípios da educação emancipatória e crítica. A escola busca fortalecer a identidade dos alunos e promover uma leitura de mundo que questione e transforme a realidade. A escola Chico Lage adota uma abordagem interdisciplinar e lúdica. As aulas são organizadas em torno de projetos que

envolvem os alunos em atividades que são significativas para eles. A escola também incentiva a participação da comunidade na educação das crianças. Os pais e responsáveis são convidados a participar das aulas, das atividades extracurriculares e das reuniões da escola.

No que diz respeito à Educação Ambiental, há diferenças nos PPPs das escolas. A Escola Alcides Faustino Santos destaca a presença da disciplina de Agroecologia em sua base curricular, demonstrando um compromisso em abordar questões relacionadas ao meio ambiente. No entanto, é importante ressaltar que a Educação Ambiental, considerada como um tema transversal, fica limitada às aulas de ciências, geografia e agroecologia.

A Escola Tiradentes também menciona projetos interligados às disciplinas de Ciências e Agroecologia, mas não apresenta metas específicas para a Educação Ambiental e não descreve estratégias para a formação docente nessa área. Já a Escola Chico Lage não menciona de forma explícita metas ou estratégias específicas para a Educação Ambiental, embora ressalte a importância de formar cidadãos comprometidos com a preservação do meio ambiente.

Além disso, é importante considerar os desafios enfrentados pelas escolas. A Escola Alcides Faustino Santos lida com a evasão e o abandono escolar, além da necessidade de aprimorar a formação docente na área de Ciências Ambientais. A escola Tiradentes visa fortalecer a formação dos professores em consonância com as diretrizes da educação do campo, sendo este um dos desafios imediatos a serem superados. Já a Escola Chico Lage está em processo de reformulação de seu PPP, buscando adequá-lo às diretrizes da educação do campo.

No geral, é possível perceber que todas as escolas apresentam pontos positivos em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP

), como a preocupação com a formação integral dos alunos, a valorização da cultura local e a busca por uma educação contextualizada. No entanto, a abordagem da Educação Ambiental pode ser aprimorada, especialmente em termos de integração transversal no currículo e na formação docente nessa área. Além disso, é importante que as escolas identifiquem e enfrentem de forma mais explícita os desafios específicos que enfrentam, a fim de promover melhorias efetivas em seus processos educativos.

Os resultados da pesquisa realizada nas três escolas do campo demonstram que o ensino de agroecologia assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento da educação ambiental, alinhando-se aos princípios da educação do campo. Isso representa uma perspectiva significativa e expansiva que abre novas possibilidades para o ensino de educação ambiental nas escolas rurais, contribuindo para uma abordagem mais holística e contextualizada em relação às questões ambientais nessas comunidades.

No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a limitação na formação docente, a falta de integração da Educação Ambiental nas políticas educacionais do campo e a ausência de projetos voltados especificamente para o ensino de Educação Ambiental nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas. Nesse sentido, é essencial que as escolas continuem a buscar formas de aprimorar a abordagem da Educação Ambiental, garantindo sua integração no cotidiano educativo e seu alinhamento com as necessidades e realidades da comunidade do campo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Projetos Político Pedagógicos das escolas municipais Alcides Faustino Santos, Tiradentes e Chico Lage revela importantes aspectos relacionados à educação do campo e à abordagem da Educação Ambiental. Embora cada escola apresente suas peculiaridades, é possível identificar pontos em comum que merecem atenção.

Em primeiro lugar, todas as escolas demonstram um compromisso em proporcionar uma educação de qualidade, pautada na formação integral dos alunos e no fortalecimento de sua identidade. Essa abordagem é fundamental para que os estudantes se tornem cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação social.

No contexto da Educação Ambiental, é válido destacar o papel relevante desempenhado pela disciplina de Agroecologia nas escolas do campo. A presença dessa disciplina nos currículos evidencia a preocupação com questões socioambientais e sustentabilidade, promovendo uma conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e da valorização dos recursos naturais.

No entanto, é necessário ressaltar que a Educação Ambiental ainda apresenta limitações nos PPPs das escolas analisadas. A ausência de uma abordagem transversal, que incorpore a temática ambiental em diferentes disciplinas, restringe o alcance e a profundidade do ensino dessa importante área. Além disso, a falta de metas específicas e estratégias claras para a formação docente em Educação Ambiental pode comprometer a efetividade dessa abordagem nas práticas educativas.

Diante dessas considerações, é imprescindível que as escolas do campo fortaleçam seus esforços para ampliar e aprimorar a Educação Ambiental. Isso pode ser alcançado por meio da integração transversal no currículo, permitindo que a temática ambiental seja abordada de maneira interdisciplinar e contextualizada. Além disso, é fundamental investir na formação

docente, capacitando os professores para abordarem de forma eficaz e atualizada as questões ambientais em sala de aula.

A Educação Ambiental tem um papel fundamental na formação dos estudantes do campo, preparando-os para compreenderem os desafios socioambientais e atuarem como agentes de mudança em suas comunidades. Portanto, é fundamental que os PPPs das escolas do campo incluam metas claras, estratégias eficazes e práticas pedagógicas inovadoras que promovam uma Educação Ambiental de qualidade.

Uma Educação Ambiental de qualidade implica em ir além do simples repasse de informações sobre questões ambientais, mas também no desenvolvimento de uma consciência crítica e responsável nos estudantes em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, é essencial que os PPPs (Projetos Político-Pedagógicos) das escolas do campo contemplem metas bem definidas, estratégias eficazes e práticas pedagógicas inovadoras que estimulem a conexão dos alunos com a natureza e a comunidade local. Ao integrar temas ambientais de forma transversal ao currículo, proporcionando vivências práticas e reflexões sobre a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a valorização das culturas locais, a Educação Ambiental de qualidade possibilita que os estudantes se tornem agentes de transformação em suas comunidades, contribuindo para a construção de sociedades mais conscientes, responsáveis e comprometidas com a preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Para aprimorar os Projetos Político Pedagógicos (PPP) nas escolas rurais com um enfoque na educação ambiental, é fundamental adotar um conjunto de recomendações significativas. Primeiramente, é essencial assegurar que a elaboração do PPP seja um processo verdadeiramente participativo, envolvendo todos os membros da comunidade escolar. Isso inclui não apenas a consulta e coleta de ideias, mas também a descrição detalhada das etapas realizadas no próprio documento, de modo que cada contribuição seja valorizada e compreendida. Dessa forma, o PPP se torna uma manifestação concreta da comunidade escolar, alinhando-se com os interesses e necessidades locais.

Outra recomendação crucial consiste em fortalecer o embasamento teórico dos PPP com base na legislação educacional vigente. Isso implica aprofundar a compreensão das diretrizes legais relacionadas à educação ambiental, garantindo que o documento reflita plenamente os princípios e objetivos estabelecidos na legislação. Além disso, promover a inclusão de projetos interdisciplinares de educação ambiental é fundamental, especialmente aqueles que incorporam metodologias práticas e o contato direto com a natureza. Isso proporciona uma educação mais holística e relevante, conectando os alunos ao ambiente ao seu redor. Também é aconselhável definir momentos específicos para avaliação institucional e revisão periódica do PPP,

permitindo a adaptação contínua das estratégias educacionais. Propor estratégias explícitas para melhorar a aprendizagem dos alunos é um passo crucial para garantir que o PPP seja uma ferramenta eficaz na promoção da qualidade da educação ambiental nas escolas do campo.

Finalmente, a análise dos Planos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas pesquisadas expõe tanto os progressos alcançados quanto os obstáculos a serem enfrentados. É essencial que as escolas do campo continuem a fortalecer suas propostas pedagógicas, promovendo uma educação contextualizada, inclusiva e comprometida com a formação integral dos estudantes, aliada a uma abordagem sólida e abrangente da Educação Ambiental. sustentável.

REFERÊNCIAS

- ASANO, Juliete Gomes Póss; DE SOUZA POLETTO, Rodrigo. Educação ambiental: em busca de uma sociedade sustentável, e os desafios enfrentados nas escolas. **Revista Caderno Pedagógico**, 2017, 14.1.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- BUCZENKO, Gerson Luiz, et al. **Educação ambiental e educação do campo: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em área de proteção ambiental**. 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**.
- CARVALHO, Fabiana Ferreira dos S. Valorização da cultura e tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita na elaboração e execução do projeto político pedagógico da **Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I**. 2016.
- CEE-BA. Resolução n. 103, de 28 de setembro de 2015. **Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo**, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.
- COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. **Potência de Agir e Educação Ambiental: aproximações a partir de uma análise da experiência do Coletivo Educador Ambiental de Campinas/Brasil**. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo - USP & Lisboa, Universidade de Lisboa - UL, (Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM) & Departamento de Filosofia da UL - FLUL), 2012, p. 24.
- DECLARAÇÃO DE TBILISI SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. In: UNESCO. **Educação ambiental: os fundamentos da ação**. Rio de Janeiro: UNESCO, 1977. p. 1-11.
- DE LUCENA CÓRDULA, Eduardo Beltrão; DO NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio; DE LUCENA, Reinaldo Paiva Farias. Comunidade, meio ambiente e etnociência: saberes locais na conservação dos recursos naturais. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, 2018, 13.2: 85-103.
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS **para a Educação Ambiental**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

- FERNANDES, Sérgio Brasil; PEREIRA, Sueli Menezes. Projeto político-pedagógico: ação estratégica para a gestão democrática. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 2014, 9.4: 985-1006.
- FIGUEIREDO, Antônio Carlos Teixeira. **O uso de documentos na pesquisa qualitativa: abordagem metodológica**. In: MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 155-173.
- FONTANA, Lavínia A. A pesquisa documental no campo da educação: possibilidades e desafios. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 58, n. 48, p. 103-122, 2021. GUIMARÃES, Mauro, et al. **Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégia**. Cadernos Cedec, 2009, 29: 49-62.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola e democracia: teorias do currículo e da didática**. São Paulo: Cortez, 1994
- GADOTTI, Moacir. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisas**. Ead série educação a distância UFGRS. 1 ed. 2009 Porto Alegre-RS.
- GOLDENBERG, Míriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LIMA, Jaciel Oliveira. **Educação Ambiental e Educação do Campo: Diálogo Necessário**. 2020.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação Ambiental e Educação do Campo: intersecções**. In: Loureiro, C. F. (Org.). Educação Ambiental e Educação do Campo: intersecções. São Paulo: Cortez, 2009.
- LÜDKE, Maria Lúcia F.; ANDRÉ, Marília Emília. D. A. Pesquisa em educação: **abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília Souza. (2014). **O desafio da pesquisa social**. São Paulo: Atlas.
- NASCIMENTO, Maria Cristina Monteiro. **Educação Ambiental: desafios e possibilidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 15.
- PHILLIPS, David. J. **The methodological basis of educational research**. London: Routledge and Kegan Paul, 1974.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor**. São Paulo: Cortez, 2002. .
- PORTO, Maria Alice Santos. **A escola do campo e o Projeto Político-Pedagógico**. In: Educação do campo: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2016. p. 63-74.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Alcides Faustino Santos**, Porto Seguro, 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Chico Lage**, Porto Seguro, 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Tiradentes**, Porto Seguro, 2020.

RICHARDSON, Roberto José.; et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SATO, Patrícia Lelis. **A Educação Ambiental e o Projeto Político-Pedagógico da Escola**. In: Educação Ambiental: desafios e perspectivas no século XXI. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-24.

SANTOS, Christiane Fernandes dos, et al. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. **Ambiente & Sociedade**, 2014, 17: 33-52.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, 2017, 18.51: 210-224.

SOARES, Maria Alice Souza. **Currículo: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Márcia Belo; DE CÁSSIA FRENEDOZO, Rita. Educação Ambiental: um estudo sobre a ambientalização no ensino fundamental. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, 2019, 10.6: 95-113. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 10, n. 6, p. 95-113, 2019.

TOQUETÃO, Sandra Cavaletti, et al. **Narrativas digitais multimodais na formação de professores da educação infantil**. 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Papirus Editora, 2013.

VELHO, Gláucio Alvito organização do cotidiano: uma perspectiva antropológica. In: ALVES, Ana Maria; SILVA, Maria Alice Carvalho (Org.). **O cotidiano na escola: práticas, representações e sentidos**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 13-31.

VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes et al. Diagnóstico no Projeto Político Pedagógico sobre a transversalidade e interdisciplinaridade no ensino fundamental. **Ciências & Ideias**, v. 8, n. 3, p. 01-19, 2017.